



VIA CORREIOS

VIA INTERNET



**ATUALIZE
SEUS DADOS**
PARA PARTICIPAR

18 DROGAS NO BRASIL:
UMA POLÍTICA À BEIRA
DO RETROCESSO

21 CAMPANHA QUER BARRAR
BANALIZAÇÃO DE TESTES
PSICOLÓGICOS

27 TRÂNSITO: AMPLIA-SE
CAMPO PARA ATUAÇÃO
PROFISSIONAL

SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PROFISSIONAIS

Está em curso amplo esforço de atualização de dados das e dos profissionais da Psicologia no Brasil. Em curto prazo, ela garante o bom andamento do processo eleitoral: possibilita àqueles que votarão por correspondência a atualização de endereço e o recebimento da carta voto. Para os que votarão na nova modalidade, pela internet, os dados precisam estar rigorosamente atualizados, de forma que seja possível gerar senhas que permitirão a votação online.

A atualização cadastral possibilita a impressão de boleto de anuidade, acesso a canal de autoatendimento via internet – reduzindo necessidade de deslocamentos até os Conselhos –, consulta à situação dos profissionais pelos Conselhos

Regionais e disponibilização de dados para consulta da população, mediante autorização do profissional.

Sobretudo, a atualização de dados permitirá à categoria reunir informações sobre as(os) profissionais em todo o Brasil. Uma base confiável e segura de dados garante conhecimento sobre o perfil da profissão.

Para o pleno funcionamento desse mecanismo, todas(os) as(os) psicólogas(os) devem atualizar seu cadastro via internet pelo <http://cadastro.cfp.org.br> ou pela página de seu Conselho Regional de Psicologia (CRP).

EXPEDIENTE

XV PLENÁRIO

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Vice-presidente

Deise Maria do Nascimento
Secretária

Aluizio Lopes de Brito
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Ana Luiza de Souza Castro
Flávia Cristina Silveira Lemos
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro

Marilene Proença Rebello de Souza
Monalisa Nascimento dos Santos Barros

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adriana Eiko Matsumoto
Celso Francisco Tondin
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Márcia Mansur Saadallah
Maria Ermínia Ciliberti
Mariana Cunha Mendes Torres
Marilda Castelar
Roseli Goffman
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

PSICÓLOGAS CONVIDADAS

Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha

CONSELHEIRA RESPONSÁVEL PELO JORNAL

Ana Luiza de Souza Castro

COORDENADORA-GERAL

Yvone Magalhães Duarte

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Denise de Quadros

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS

Priscila D. Carvalho (MTB 35388)

REPORTAGEM

Carolina Menkes
Flávia Medeiros
Lívia Davanzo

APOIO TÉCNICO

Marcos Nobre
Pablo Emílio de Mattos
Karla Pereira (Estagiária)

PROJETO GRÁFICO

Guilherme Werner
Liberdade de Expressão



Um editorial sobre o dia 18 de junho de 2013

Este editorial foge à regra dos textos que abrem o Jornal do Federal. Não é um texto sobre os últimos meses ou sobre as expectativas da profissão para o próximo período. É um texto sobre o dia 18 de junho de 2013, no máximo alguns dias antes e outros depois. Não sabemos se, quando o jornal chegar à sua casa, psicóloga e psicólogo, esse editorial ainda estará atualizado. Pode ser que daqui a um mês tudo o que ocorreu nesses dias do meio de junho seja passado. Pode ser que tudo ainda esteja acontecendo e se desdobrando.

O fato é que, em 18 de junho de 2013, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 234/2011, que visa a sustar trechos da Resolução do CFP nº 1/99, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação à questão da orientação sexual. O PDC ainda passa por outras duas comissões antes de ir ao plenário da Câmara, mas a aprovação é sintomática dos problemas que vínhamos prevendo desde que a presidência da CDH foi assumida pelo deputado Marcos Feliciano. Precisamos dizer, neste editorial, que o deputado Marco Feliciano não nos representa enquanto autarquia preocupada com o respeito aos Direitos Humanos no Brasil. Que ele não representa o acúmulo brasileiro na área dos Direitos Humanos, nem toda a construção que a população realizou nas últimas décadas pela garantia de igualdade de direitos a todos os credos, raças, cores, orientações sexuais.

Na calada da noite do mesmo dia 18 de junho, o Senado Federal antecipou a ordem do dia e aplicou um duro golpe nos profissionais de saúde, com a aprovação do PL do Ato Médico, o Projeto de Lei (PL) nº 268/2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina. O PL foi colocado na pauta pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e pelo senador Romero Jucá, fruto de mais um acordo fechado com apoio da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Resta-nos, agora, aos profissionais da saúde, buscar o veto da presidente Dilma Rousseff a trechos do texto aprovado.

Neste dia 18 de junho, enquanto tudo isso ocorria no Congresso, os olhos da sociedade brasileira estavam voltados para muita gente reunida nas ruas, para as manifestações pela redução de tarifas de ônibus e para os protestos questionando os enormes gastos públicos com a Copa do Mundo. Nesse dia 18 de junho a Psicologia brasileira, assim como todo o país, vive grandes desafios. Vive o esforço de entender o que está acontecendo no país, quais os desafios para a repre-

sentação política agora, como lidar com a multiplicidade de demandas que emergem das ruas, com atos de violência, com atos de solidariedade.

Pode ter sido uma infeliz coincidência de datas, mas o fato de esses três eventos terem ocorrido no mesmo dia precisa ser registrado. Sim, quando você estiver lendo este texto, ele corre o risco de estar datado. Mas tudo o que aconteceu nos dias 17 e 18 de junho merece, no mínimo, ficar registrado para, depois, poder ser mais bem avaliado.

Neste dia 18 de junho, enquanto tudo isso ocorria no Congresso, os olhos da sociedade brasileira estavam voltados para muita gente reunida nas ruas, para as manifestações pela redução de tarifas de ônibus e para os protestos questionando os enormes gastos públicos com a Copa do Mundo

7	Chapa 21	25	Denúncia deu início aos debates que definiram o conteúdo da Resolução nº 1/99
9	Chapa 22	27	Psicologia do Trânsito: amplia-se campo para atuação profissional
11	Chapa 23	28	Garantia de direitos e participação social são discutidas em Seminário Nacional organizado pelo CFP
13	PRÊMIO CÉSAR ADES: Pensar o futuro da Psicologia no Brasil	29	Brasil, Portugal, Angola e Cabo Verde firmam convênio de cooperação técnica para aprimoramento científico e social
14	Profissionais de todo Brasil constroem caminhos para Psicologia nos próximos três anos	30	Formação e profissão: parceria no desenvolvimento e construção da Psicologia
16	Brasil unido na luta antimanicomial	31	Processos éticos
18	Drogas no Brasil: uma política à beira do retrocesso	31	CFP reúne, em site, referências para atuação com crianças e adolescentes
21	Campanha quer barrar banalização de testes psicológicos	32	AGENDA: Agosto a dezembro 2013
22	ENTREVISTA: Marisa Lopes da Rocha – Atuação profissional na educação básica em debate		



Profissionais constroem caminhos para Psicologia nos próximos três anos

Eleições em 2013 inauguram nova modalidade: a votação mista

Conforme deliberação do Sistema Conselhos neste ano de 2013, a escolha para as próximas gestões dos CRPs e do CFP será por meio de votação mista: pela internet ou por correspondência.

Essa decisão explícita que incorporamos a votação via eletrônica, conforme ocorre no Brasil com as eleições para todos os nossos representantes nos executivos e nos legislativos. Na qualidade de cidadãos e cidadãs, acompanhamos os procedimentos do processo eleitoral no país e percebemos o grande avanço que significou essa modalidade de votação.

A decisão de que psicólogos e psicólogas possam adotar procedimento semelhante nas eleições para os dirigentes da nossa categoria traz, ao

mesmo tempo, um desafio e confere um privilégio a todos nós que participamos deste momento instituinte. A inovação é sempre desafio e a colaboração de cada um é decisiva para a superação de impasses e de obstáculos.

A manutenção do processo misto se impôs pela análise das condições objetivas que indicaram a conveniência da dupla modalidade, e a votação por correspondência fica mantida nos locais onde a votação pela internet não seja ainda possível. Desde o momento em que esta decisão foi tomada no Sistema Conselhos, em 2012, as medidas para que o processo possa se tornar vitorioso têm sido permanentemente acompanhadas por colegas da Comissão Eleitoral Regular (CER) e da Comis-

são Eleitoral Especial (CEE) e debatidas com colegas das Comissões Eleitorais Regionais responsáveis pela implantação e operacionalização do procedimento.

As dificuldades inerentes à novidade e a convivência de duas modalidades – voto pela internet e voto por correspondência – deverão servir de estímulo na resolução dos eventuais impasses. Colegas membros efetivos e suplentes que integram as comissões Regular e Especial, bem como as Comissões Regionais Eleitorais, têm se empenhado para que a votação possa expressar a maturidade da categoria decorrente dos 50 anos de nossa existência. Boa votação!

» **Comissão Eleitoral Especial**

► Três chapas concorrem para o Conselho Federal

No dia 27 de agosto, Dia da Psicóloga(o), a categoria vai eleger as novas gestões dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia para o próximo triênio.

Neste ano, três chapas estão concorrendo na consulta nacional ao CFP. Para que os profissionais possam conhecê-las melhor, estão nesta edição do Jornal do Federal as páginas de divulgação de cada uma das três chapas.

Podem votar os profissionais que estejam em dia com as anuidades dos exercícios anteriores, até o dia das respectivas eleições, ainda que sob a forma de parcelamento do débito, bem como em pleno gozo dos seus direitos.

O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório e será dado à chapa completa, entre as inscritas e habilitadas ao pleito. Para as(os) psicólogas(os) com idade a partir de 70 anos, o voto é facultativo.

O psicólogo que não votar deve apresentar justificativa no prazo de 60 dias da data da votação, sob pena de aplicação de multa no valor definido pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf).

Mais informações sobre o pleito podem ser encontradas em: **www.eleicoepsicologia.cfp.org.br**

Conheça abaixo as chapas que concorrem ao Conselho Federal e em cada Conselho Regional:

▶ CONSELHO FEDERAL

CHAPA 21 RENOVAÇÃO: COMPROMISSO COM A PROFISSÃO

CHAPA 22 FORTALECER A PROFISSÃO

CHAPA 23 CUIDAR DA PROFISSÃO

▶ CRP-01 | DF

CHAPA 11 DINAMISMO E INOVAÇÃO

CHAPA 12 PSIDF: VEM SOMAR! VEM CUIDAR!

CHAPA 13 ACOLHIMENTO E COMPROMISSO

▶ CRP-02 | PE

CHAPA 12 NOVA AÇÃO PSI

CHAPA 13 PRÁ CUIDAR DA PROFISSÃO

▶ CRP-03 | BA

CHAPA 11 CUIDAR DA PROFISSÃO

▶ CRP-04 | MG

CHAPA 11 PRA CUIDAR DA PROFISSÃO

CHAPA 12 FORTALECER A PROFISSÃO

CHAPA 13 DIALOGAR

▶ CRP-05 | RJ

CHAPA 11 ÉTICA E COMPROMISSO SOCIAL

CHAPA 12 CONS-CIÊNCIA PSI: OPOSIÇÃO E EMPREGABILIDADE

▶ CRP-06 | SP

CHAPA 11 PRA CUIDAR DA PROFISSÃO EM SÃO PAULO

CHAPA 12 FORTALECER A PROFISSÃO EM SÃO PAULO

▶ CRP-07 | RS

CHAPA 11 MOBILIZAÇÃO

▶ CRP-08 | PR

CHAPA 11 É TEMPO DE DIÁLOGO

CHAPA 12 CONEXÃO EM REDE

▶ CRP-09 | GO

CHAPA 11 CRP FORTE: FORTALECENDO A PROFISSÃO

CHAPA 12 PRÁ CUIDAR DA PROFISSÃO

▶ CRP-10 | PA | AP

CHAPA 11 PSICOLOGIA PARA CUIDAR DE TODXS

CHAPA 12 INDEPENDENTES: POR UMA PSICOLOGIA MAIS FORTE

CHAPA 13 COMPOSIÇÃO - TRANSPARÊNCIA, DIÁLOGO E ÉTICA

▶ CRP-11 | CE

CHAPA 11 PARA FAZER OUTRO CRP

CHAPA 12 PRA CUIDAR DA PROFISSÃO

▶ CRP-12 | SC

CHAPA 11 CUIDAR DA PROFISSÃO

▶ CRP-13 | PB

CHAPA 11 CUIDANDO DA PROFISSÃO

CHAPA 12 FORTALECENDO E INTERIORIZANDO A PSICOLOGIA

▶ CRP-14 | MS

CHAPA 11 CUIDANDO DA PROFISSÃO

▶ CRP-15 | AL

CHAPA 11 CUIDAR PARA FORTALECER O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

CHAPA 12 UM CONSELHO PARA FORTALECER A PROFISSÃO

▶ CRP-16 | ES

CHAPA 11 CUIDAR E AGIR DA PROFISSÃO

▶ CRP-17 | RN

CHAPA 11 RENOVAÇÃO PARA O CRESCIMENTO

▶ CRP-18 | MT

CHAPA 11 NOVOS TEMPOS DO CUIDAR

▶ CRP-19 | SE

CHAPA 11 CRESCER E CUIDAR DA PROFISSÃO

CHAPA 12 PARA FAZER EXISTIR

▶ CRP-20 | AM | AC | RO | RR

CHAPA 11 CUIDAR DA PROFISSÃO

▶ CRP-21 | PI

CHAPA 14 PRA CUIDAR DA PROFISSÃO

▶ CRP-22 | MA

CHAPA 13 DIÁLOGO, UNIÃO E CRESCIMENTO

▶ CRP-23 | TO

CHAPA 11 APROXIMAÇÃO: FORTALECIMENTO PROFISSIONAL E PROTAGONISMO SOCIAL

Chapa 21 *Compromisso com a Profissão* Ψ

Como membros da Chapa 21, nos apresentamos para renovar o CFP, propondo ações concretas para que todos os colegas Psicólogos enfrentem com mais apoio os paradigmas com os quais a sociedade se depara, neste novo cenário social.

21

Um século em construção, uma categoria em renovação!

21 é nosso tempo!
21 é nossa opção!



CARLA MANZI (DF)



ALAN RICARDO GALLEAZZO (PR)



EDNA SILVA DOS SANTOS (AL)



MARCOS LAIDANE (PR)



FRANCINETE FREIRE BATISTA (RO)



RODRIGO PONTES (PE)



GLAUBER VIEIRA FERREIRA (DF)



MARIA DE FATIMA FRANCO DOS SANTOS (SP)



ROCHELE PAZ FONSECA (RS)



JOÃO RICARDO LEBERT COZAC (SP)



SELENE FRANCO BARRETO (RJ)



LEANDRO MALLOY (MG)



ODAIR PAVESI (SC)



ANA MARIA MARTINS SERRA (SP)



MÔNICA CAROLINA MIRANDA (SP)



ANDRÉIA ELISA GARCIA DE OLIVEIRA (SP)



MARILIA SOARES DE MELLO (DF)



MÁRCIA OLIVEIRA DE MENEZES PINTO (SP)



KARINE BELMONT CHAVES (PR)



ANDREA PAULA PIVA (SP)



RODRIGO TAVARES (PB)

Eleição CFP 2013, 26 e 27 de AGOSTO

No verso desta página enumeramos algumas de nossas propostas, assumindo compromisso com você!

Propostas

Chapa 21 *Compromisso com a Profissão*

- 01 Revisão e atualização do Código de Ética Profissional da Psicologia;
- 02 Instituição de Plenárias itinerantes do CFP, pelos estados do Brasil, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, visando maior proximidade com os Conselhos Regionais;
- 03 Atuação do Conselho Federal de Psicologia em áreas de interesse da categoria profissional dos psicólogo(a)s, com direcionamento das demandas que não são de sua competência para os órgãos governamentais existentes para lidar com o tema e, se preciso, também ao Ministério Público Federal;
- 04 Implementar as resoluções já aprovadas pelo CFP, que tratam da questão do trânsito e mobilidade urbana;
- 05 Fazer gestão junto ao MEC para incluir nos cursos de formação dos psicólogos temas como: Problemas Relacionados ao Alcool, Tabaco e outras Drogas, dentro de uma visão de Saúde e Segurança Pública;
- 06 Proporcionar a participação de representantes de associações, sociedades e demais instituições ligadas à Psicologia do Esporte na banca examinadora (elaboração e correção) da prova de Título de Especialista em Psicologia do Esporte;
- 07 Defender jornada de 30 horas para os Psicólogos, junto ao Congresso Nacional;
- 08 Articular politicamente a Inclusão do Psicólogo Especialista em Psicologia Escolar no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios da área de educação em todos os estados que ainda não contemplam estes profissionais;
- 09 Desenvolver campanha nacional de marketing para estimular a população a procurar os serviços dos psicólogos e psicólogas;
- 10 Desenvolver campanha por meio dos veículos de comunicação para divulgar o papel social do psicólogo no auxílio à prevenção da violência e criminalidade, enquanto profissional de saúde mental;
- 11 Viabilizar fóruns, debates, simpósios, para divulgar a Psicologia do Esporte e a Neuropsicologia como práticas Psicológica;
- 12 Estreitar o contato com os órgãos de administração pública de todos os municípios brasileiros, visando a divulgação do trabalho do psicólogo e a abertura de campo de trabalho aos profissionais;
- 13 Fazer gestão junto à Agência Nacional de Saúde para a retirada da exigência de encaminhamentos médicos, para que o paciente tenha acesso à consulta e tratamento psicológico e aumentar o limite de sessões de atendimentos psicológicos anuais;
- 14 Desenvolver campanha por meio dos veículos de comunicação, fóruns, debates, simpósios, para divulgar a importância do psicólogo na equipe de investigação criminal;
- 15 Instituição de Fórum Nacional para discutir a praxis do psicólogo no sistema prisional;
- 16 Promover articulação política no sentido de priorizar os Psicólogos com título de Especialista em Psicologia do Esporte para professores da disciplina de Psicologia do Esporte nas Universidades e Faculdades de Psicologia e Educação Física;
- 17 Fomentar a publicação de guia profissional (por município) para facilitar o conhecimento e acesso da população aos serviços;
- 18 Buscar a isenção de tributos na importação de ferramentas tecnológicas (biofeedback e outras), a fim de garantir a modernização das práticas dos psicólogos e psicólogas;
- 19 Criar a COMISSÃO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS para proposição e acompanhamento de projetos de leis de interesse da profissão de Psicólogo, auxiliando também os Conselhos Regionais nos níveis estaduais e municipais;
- 20 Criar a COMISSÃO DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA PROFISSÃO DE PSICÓLOGO, com o objetivo de Proteger e defender as prerrogativas da profissão de psicólogo(a), em todas as especialidades, previstas nas legislações pertinentes e resoluções do CFP com atuação nas diversas esferas do poder público;
- 21 Criar a COMISSÃO DE ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR para, em parceria com outros conselhos e entidades de classe, discutir a prática interdisciplinar nas áreas de Psicologia do Esporte, Neuropsicologia e Psicopedagogia;
- 22 Promover a discussão de uma qualificação mínima para um supervisor de estágio em Psicologia, bem como o estabelecimento de um número máximo de alunos por supervisor;
- 23 Promover articulação política no sentido de incluir o Psicólogo dentro dos Conselhos de Controle Social de Trânsito, possibilitando a representação de nossa categoria, no processo de resgate da cidadania dos usuários e estimular a criação dos conselhos onde não existam;
- 24 A Chapa RENOVAÇÃO desenvolverá, no âmbito do CFP, uma Psicologia pluralista e apartidária, valorizando igualmente todas as suas especialidades, as abordagens teórico-aplicadas, evitando, em todas as suas ações, o compromisso com ideologias alheias à essência da Psicologia como ciência e profissão;
- 25 Criar, no âmbito da autarquia (CFP), a WebTv e a Webrádio, com programação relacionada ao mundo da Psicologia;
- 26 Promover, junto a FENAPSI, a reformulação da tabela de referência dos honorários dos psicólogos, que encontra-se desatualizada em seus valores e em suas descrições das atividades;
- 27 Atualizar tecnologicamente o documento de identificação profissional dos Psicólogos;
- 28 Propor a isenção da taxa de inscrição da 1ª carteira para os recém-formados até um ano após a data de colação de grau;
- 29 Proporcionar um fórum de discussão entre os professores acadêmicos sobre os currículos dos cursos de Psicologia em todo o território Nacional, para apresentar propostas de reformulação curricular junto ao MEC.

Com o seu voto podemos renovar o CFP!

Nota de esclarecimento

Prezados Psicólogos e Psicólogas, muita atenção!

Chegou ao nosso conhecimento, de que **adversários** estão espalhando mentiras em todas as regiões do Brasil, dizendo que a **Chapa 21 RENOVAÇÃO** está sendo “financiada” pelo Deputado Feliciano “Cura Gay”.

Eclarecemos que trata-se de **CALÚNIA de adversários** que não têm competência para concorrer às eleições de forma honesta. Fiquem atentos... Estes são os Psicólogos que querem permanecer ou entrar no poder para usar desta manipulação para administrar o nosso Conselho Federal de Psicologia.

Todos os Psicólogos que estão compondo nossa chapa, são pessoas idôneas, sérias, realizadas, bem sucedidas profissionalmente e comprometidas com a Psicologia como Ciência. Verifiquem os Currículos Lattes dos mesmos.

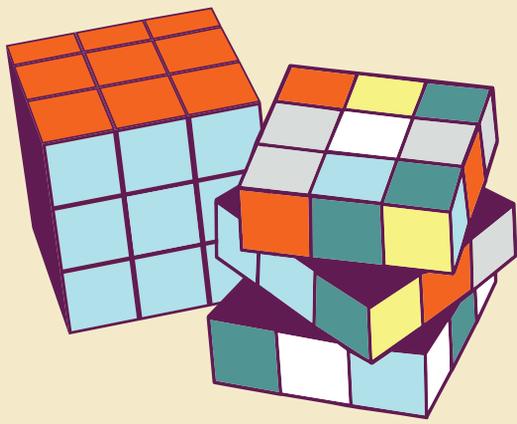
A CAMPANHA LEVIANA, denegrindo propostas sérias, demonstra o medo

que adversários estão tendo de nossa competência e compromisso para melhorar nosso Conselho Federal de Psicologia.

Solicitamos a qualquer Psicólogo(a) que tenha conhecimento de quem vem difamando nossa reputação, que entre em contato em nosso site, e-mail (cmanzi@terra.com.br), Facebook ou até mesmo diretamente com a comissão eleitoral do CFP, para que possamos tomar as medidas administrativas e jurídicas cabíveis. O anonimato será preservado.

Reafirmamos, trata-se de **MENTIRA** a campanha perniciosamente repudiada nesta nota. **Trabalhamos seriamente com propostas, não com calúnias.**

Pedimos a todos os psicólogos honestos, que procurem identificar estes caluniadores e nos avisem.



FORTALECER A PROFISSÃO!

CHAPA 22

UM NOVO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

**PELA PLURALIDADE
E PELA DIVERSIDADE!**

CONSTITUÍMOS um coletivo de psicólogas(os) de grupos diversos, sem centros de poder externos. Como profissionais da Psicologia no Brasil, somos muitos e somos plurais.

Em nosso país, no caminho da regulamentação da nossa profissão, as diferenças estiveram explícitas, o que não impediu que nos desenvolvêssemos como ciência e profissão com pertinência e reconhecimento social. Ao contrário, crescemos com a nossa diversidade e pluralidade.

Temos vários sotaques que expressamos na nossa chapa. Nela está contemplado o maior número possível de estados da federação. Nossas diferenças precisam também estar presentes na gestão de um órgão de caráter nacional para além de uma representação geográfica.

Nossa convicção é que, para a Psicologia avançar, é preciso que seja universalista, sem desqualificar os que ousam expressar diferenças. Não propomos modelos hegemônicos. Contamos com a participação das(os) psicólogas(os), compartilhando seus ofícios e inscrevendo as tensões próprias a uma profissão plural na plenária de seu órgão de classe. Como a história da nossa profissão nos mostra, aceitar as diferenças nos faz avançar.

Não somos um grupo instituído, embora muitos componen-

tes da chapa atual tenham concorrido na eleição passada. Esta foi uma das razões para manter o nome FORTALECER. O verbo remete à postura de não infantilização da categoria das(os) psicólogas(os) ou ações de tutela sobre suas práticas. Propomos uma gestão que, quando da emissão de resoluções, não privilegie conteúdos proibitivos, mas propositivos.

Propomos trabalhar com um Coletivo Ampliado divulgado, e que possa ser avaliado pela categoria. Está composto por psicólogas(os) com representatividade em alguns espaços de atuação, que ocuparão o papel de principais interlocutores do Conselho Federal de Psicologia com outras entidades representativas na proposição das políticas e práticas do nosso fazer.

Enquanto ocupamos a posição de membros da chapa, não priorizamos a ocupação de cargos. Vamos implementar o rodízio de pessoas na diretoria, como ocorre nos Conselhos Regionais, com o objetivo de democratizar a gestão e contemplar a pluralidade da nossa própria nominata.

Apresentamo-nos com a disposição de olhar para o futuro sem o intuito de apagar o passado. Aspiramos a utopia enquanto história em potencial e lutamos pelo exercício da Psicologia balizada pela ética e pelo respeito à diversidade e à pluralidade.

Efetivos

Mariza Monteiro Borges (DF) presidenta
Rogério de Oliveira Silva (MG) vice-presidente
Maria da Graça C. Jacques (RS) secretária
Sérgio Luis Braghini (PR/SP) tesoureiro
Dorotéia A. de Cristo (PA) secretário norte
Meire Nunes Viana (CE) secretário nordeste
Inara Barbosa Leão (MS) secretário centro-oeste
Lurdes Perez Oberg (RJ) secretário sudeste
João Baptista F. de Oliveira (PR) secretário sul
Nádia M. Dourado Rocha (BA) conselheira 1
Rosano Freire Carvalho (PE) conselheiro 2

SUPLENTEs

Silvana Carneiro Maciel (PB) · Eliandro Rômulo C. Araújo (MA) · Viviane M. de A. Ribeiro (TO) · Jacqueline de O. Moreira (MG) · Madge Porto Cruz (AC) · João Carlos Alchieri (RN) · Vera Lucia Morcelli (GO) · Sandra L. de Souza Alencar (SP) · Roberto Moraes Cruz (SC) · Maria Augusta R. Speller (MT) · Jefferson de S. Bernardes (AL).

Como votar

PELA INTERNET

Pelo site: www.eleicoespsicologia.cfp.org.br. Senha individual.
DATA E HORA: 8h do dia 26/08 às 17h do dia 27/08.

POSTOS DE VOTAÇÃO

Votação em computadores pelo site:
www.eleicoespsicologia.cfp.org.br. Senha individual.
DATA E HORA: 8h do dia 27/08 às 17h do dia 28/08.

POR CORREIO

O eleitor receberá por correio as cédulas com uma Carta Resposta, a ser reenviada (gratuito) ao CRP.
DATA E HORA: O voto só será computado se for recebido pela CRE até o fim da votação, independentemente da data de postagem.

O resultado será divulgado nos sites
www.eleicoespsicologia.cfp.org.br e www.site.cfp.org.br,
respeitando os prazos previstos no Calendário Eleitoral.

Curta nossa página no Facebook: www.facebook.com/fortalecercfp



Raquel Guzzo (SP) EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Relacionar a Psicologia à Educação e à Assistência Social é um dos grandes projetos da profissão que, historicamente, se colocou ao lado do modelo médico. Temos de nos aproximar dos espaços de desenvolvimento de crianças e jovens, do acompanhamento cotidiano de famílias, das comunidades e dos movimentos sociais, para a prevenção dos problemas e das doenças, defesa dos direitos e organização coletiva para participação. Nosso projeto tem como metas a aproximação dos profissionais das escolas públicas, o acompanhamento e a valorização daqueles que trabalham na Assistência, para fornecer subsídios a propostas curriculares que enfoquem um desenvolvimento profissional que responda às demandas sociais da realidade brasileira.



Ana Jacó-Vilela (RJ) MEMÓRIA DA PSICOLOGIA

Projeto do CFP, criado em 1999, em parceria com o GT-História da Psicologia da ANPEPP. O Memória da Psicologia contribuiu muito para o estudo da história da Psicologia no Brasil. É importante reativar e ampliar a parceria, pois há ainda um longo caminho a percorrer a fim de consolidarmos nossa História.



Bárbara Conte (RS) PSICOTERAPIA

Propomos uma discussão no campo das psicoterapias de uma prática sem regulamentação, pautada pela prioridade da qualificação teórica, técnica e ética. É o diálogo que poderá direcionar os rumos da psicoterapia, resguardando sua autonomia e laicidade. A psicoterapia não é monopólio de grupos que definem as normas, mas sim um percurso de troca entre pares, aquisição de conhecimento, experiência e pesquisa que qualifica e baliza o fazer ético.



Loiva de Boni (RS) ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

A intervenção do psicólogo deve ser pautada pela Redução de Danos e pelo cuidado humanizado, tomando a vida em sua dimensão subjetiva. Defendemos que a abstinência não é incompatível com a redução de danos. Nossa proposta aponta para uma clínica ampliada, a partir do possível e não da imposição, colocando o usuário como sujeito de seu próprio processo histórico. Torna-se imperativo, portanto, a criação de fóruns de debate que contemplem os diferentes dispositivos de cuidado para que, com o intercâmbio de experiências suficientemente embasadas teoricamente, possa-se caminhar na busca de soluções conjuntas para a problemática.



Tania Grigolo (SC) SAÚDE MENTAL

principalmente dos usuários de drogas. Desta feita, compreendemos que os Psicólogos têm um papel fundamental de debater com a sociedade estes paradigmas, de enfrentar a produção social do estigma e de qualificar, cada vez mais, as práticas em saúde para promover o cuidado destas pessoas, lutando pelo acesso ao melhor cuidado possível da rede de saúde. Para isso o Psicólogo precisa qualificar sua inserção no SUS e estar em todos os pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial, em constante diálogo com as demais categorias profissionais e atores da área, incluindo usuários e familiares, conferindo ao CFP um papel atento e atuante frente a esta política pública da maior relevância. Nossa posição é pela autonomia destes movimentos, pelo debate respeitoso de suas posições e de apoio em todos os momentos, acrescentando debates novos e inovadores que permitam fazer o movimento crescer e não apenas ser repetitivo, desde que assim os Psicólogos deliberem.

A política de saúde mental no Brasil rumo à Reforma Psiquiátrica brasileira e à uma Sociedade sem Manicômios está em risco e enfraquecida frente às ameaças de retorno ao modelo hospitalocêntrico e à crescente invalidação social das pessoas com transtornos mentais e



Silvia Koller (RS) RELAÇÕES COM A BVS-PSI

A BVS-Psi é um tesouro constituído pelo coletivo da Psicologia brasileira, merece respeito e a garantia de continuidade. Pretendemos incrementar sua missão de visibilizar o conhecimento produzido no país. Programas de educação continuada com o material da BVS-Psi são prementes e necessários, bem como traduzir o material veiculado em realidade aplicada na vida de pessoas para a melhoria da qualidade de vida profissional e pessoal.



Vera Paiva (SP) DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos têm uma longa história, e se configuraram como campo de luta pelas equivalências dos direitos, proteção a populações em situação de vulnerabilidade e construção de políticas de promoção aos direitos de minorias. Atualmente assistimos no Brasil um retrocesso nesse campo político. Isso exige que nos posicionemos nas práticas sociais e profissionais na reconstrução de políticas fundamentais nesse campo: combate à violência, combate à segregação de minorias e promoção da diversidade e da equivalência social.



Luciana F. Ângelo (SP) PSIC. DO ESPORTE E DA ATIVIDADE FÍSICA

A Psicologia do Esporte surge pautada na ampliação do campo dos psicólogos no Brasil. A área precisa fomentar discussões, estudos e práticas, estimulando o crescimento da especialidade e a formação de novos profissionais. É importante um esforço junto às instituições de ensino superior para a inserção da Psicologia do Esporte como campo de formação. Hoje poucas instituições oferecem a disciplina.



Marcus Eugênio O. Lima (SE) RELAÇÕES COM INST. DE ENSINO SUPERIOR

O CFP deve manter parcerias com Instituições de Ensino, que formam futuros profissionais registrados, os capacitam em cursos de especialização e formam professores e pesquisadores. Nos comprometemos a rever resoluções acerca da avaliação dos cursos de especialização, respeitando sua autonomia e reconhecendo que sua avaliação e a regulação da oferta devem ser políticas de Estado, coordenadas pelo Ministério da Educação. Por outro lado, utilizaremos o lugar que o CFP ocupa no Conselho Nacional de Saúde para dialogar sobre as questões de ética na pesquisa e outros temas em comum, mesmo que a Psicologia passe a se vincular ao Ministério de Ciência e Tecnologia nesta questão. Também nos manteremos fiéis à defesa da política de cotas, pelo que representa à democratização do ensino superior no Brasil.

FORTALECER A PROFISSÃO!

CHAPA 22

UM NOVO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA



E L E I Ç Õ E S C F P • 2 0 1 3

SEM DEMOCRACIA E IGUALDADE,
NENHUMA PAZ É POSSÍVEL

APRESENTA-SE PARA CONCORRER AO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Presidenta — Bianca Angelucci (SP)

Psicoterapeuta. Foi docente em cursos de graduação em Psicologia e Pedagogia por mais de 12 anos. Doutora em Psicologia Social e Mestre em Psicologia Escolar pela Universidade de São Paulo. Vem participando de movimentos em defesa da Educação Pública de qualidade para todas(os). Conselheira do CRP SP na gestão 2007-2010, na condição de conselheira tesoureira, e na gestão 2010-2013, na condição de conselheira presidenta até abril/2013.

Vice-presidenta - Monalisa Barros (BA)

Graduada em psicologia pela Ufba em 1987, mestre em pesquisa aplicada à população pela Exeter University, Inglaterra, doutoranda do programa de Psicologia - Estudos da Subjetividade da UFF. Especialista em psicologia clínica e psicologia hospitalar, professora do curso de medicina da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Conselheira do CFP na gestão 2011-2013.

Secretária — Ana Luiza Castro (RS)

Psicóloga do Tribunal de Justiça do RS desde 1987 com atuação na Vara da Infância e Juventude e Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas. Mestre em Psicologia Social pela PUCRS. Conselheira do Conselho Federal de Psicologia na gestão 2011-2013.

Tesoureira — Sandra Amorim (MS)

Docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande-MS. Conselheira do CFP 2001-2003 e 2011-2013. Conselheira do CONANDA 2002-2003 e 2011-2012. Diretoria da ABEP 1999-2002.

Repr. Efetiva Região Norte - Selma de J. Cobra (AM)

Graduada há vinte anos na UNESP/Assis, especialista em psicologia hospitalar desde 1995 pela FMUSP, mestre em Saúde Coletiva pela FIOCRUZ/AM, professora efetiva da UFAM/FM. Conselheira do CRP20, como responsável pelo CREPOP.

Repr. Suplente Região Norte — Ana Cleide Moreira (PA)

Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP e Pós-Doutora pela Universidade de Paris 7. Coordenadora do Projeto de Pesquisa: Relações de gênero, feminismo, sexualidade, raça, vulnerabilidade: feminização da epidemia do HIV-aids (MCT/CNPQ/SPM/PR).

Repr. Efetiva Região Nordeste - Ionara Dantas (RN)

Especialista em Psicologia Clínica (CFP); Especialização em Desenvolvimento Infantil e seus Desvios, Mestre e Doutora em Psicologia (UFPB). Experiência nas áreas de Psicologia Clínica (infantil, adolescente e adulto), Avaliação Psicológica, Psicologia Jurídica (sistema prisional e sócio-educativo). Docente do curso de Psicologia da UnP-RN e UNIPÉ — PB. Conselheira dos CRP PB e RN.

Repr. Suplente Reg. Nordeste — Nelson Gomes Jr. (PB)

Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba onde desenvolve atividades à Psicologia Jurídica e Direitos Humanos. Coordena o LAPSUS - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade Humana e Segurança Pública da UFPB. É Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, gestão 2011-2013 e atua como Conselheiro Estadual de Direitos Humanos na Paraíba.

Repres. Efetiva Reg. Centro-Oeste — Regina Pedrosa (DF)

Psicóloga com mestrado e doutora pela UnB; professora e atual chefe do departamento de psicologia escolar e do desenvolvimento da UnB; professora da pós graduação em processos de desenvolvimento humano e saúde e da pós em direitos humanos e cidadania, na UnB.

Repr. Supl. Reg. Centro-Oeste — Kássia Kelly Gomes (GO)

Graduada na PUC-GO. Especialista em saúde mental pela UFG-GO e mestre em Psicologia pela PUC-GO. Atua como psicóloga distrital no município de Goiânia e atualmente é professora na PUC-GO e no Instituto Aphoniano de Ensino Superior.

Repr Efetiva Região Sudeste — Marilene Proença (SP)

Psicóloga, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Conselheira Federal na Gestão 2002-2004 e 2011-2013 e Presidenta do Conselho Regional de São Paulo Gestão 2007-2010.

O movimento pra cuidar da profissão surgiu em 1998, fruto da articulação de um grupo de psicólogas(os) comprometidas(os) com a construção coletiva dos rumos de nossa profissão.

Temos participado ativamente dos espaços de organização da psicologia, como ciência e profissão.

Somos movimento. Reconhecemos o coletivo como instância que potencializa as ações transformadoras. Temos uma história consistente e comprometida com a construção de uma psicologia que tem colaborado com inúmeras conquistas sociais. História de que nos orgulhamos e que nos permite, mais uma vez, apresentar nossa candidatura ao conselho federal de psicologia.

A partir do diálogo democrático e da ampliação das formas de participação, vimos constituindo nossas diretrizes e nossos eixos de ação, sempre garantindo o respeito à diversidade que caracteriza o campo psi.

Cuidar da profissão é inserir a psicologia e suas entidades representativas em ações a serviço da população, contribuindo com a universalização da garantia de direitos.

Repr. Suplente Região Sudeste — Márcia Mansur (MG)

Psicóloga, especialista em Políticas Sociais, Mestre em Ciências Sociais. Professora da PUC Minas. Atua na área de Políticas Públicas a 20 anos, especialmente da Política de Assistência Social. Conselheira do Conselho Federal de Psicologia gestão 2011- 2013, estando responsável pelo CREPOP.

Repr. Efetiva Região Sul — Alayde Digiovanni (PR)

Professora Assistente da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Mestre em Educação pela UFPR, Doutoranda do Programa de Integração da América Latina. Membro da atual diretoria da ABEP gestão 2011/2013

Repr. Suplente Região Sul — Eliz M. Wiggers (SC)

Possui experiência de atuação como psicóloga no âmbito prisional. Atua como docente no ensino superior e como psicoterapeuta. Tem se envolvido em discussões relativas à formação do psicólogo, integrando a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia.

Conselheira 1 — Pedro Paulo Bicalho (RJ)

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Diretoria e Coordenador da Comissão Regional de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia — 5ª região entre 2004 e 2010. Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia na gestão 2011-2013.

Conselheira 2 — Maria Cristina B.M. Pellini (SP)

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - IP/USP, Mestre em Psicologia Clínica, Especialização no Método de Rorschach. Professora Adjunta e Coordenadora Auxiliar da Universidade Paulista. Experiência na área de Psicologia do Desenvolvimento Humano com ênfase em Avaliação Psicológica. Conselheira do CRP-06 na gestão: 2007 a 2010.

Conselheira Suplente 1 — Ana Hirlene de B. C. Oliveira (CE)

Coordenadora do Núcleo de Formação, Estudos e Pesquisa - NUFEP do Instituto Anjos da Enfermagem. Especialista em Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde e em Perícia Forense. Atuação em Psicologia Clínica. Conselheira Suplente do CRP 11, gestão 2007 — 2010. Atual Conselheira Efetiva do Conselho Regional de Psicologia CRP11, gestão 2010 - 2013.

Conselheira Suplente 2 — Giovanna Marafon (RJ)

Experiência como psicóloga escolar em escola pública, docente no ensino superior, nas disciplinas de Psicologia Escolar e Psicologia Jurídica. Doutoranda. Colaboradora do CRP/RJ entre 2009 2010 e conselheira na gestão 2010-2013.

Suplente — Clélia Prestes (SP)

Mestranda em Psicologia Social (USP), psicóloga do Instituto AMMA Pique e Negritude, especialista em Psicologia Clínica Psicanalítica (UEL), colaboradora da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, experiência como professora universitária.

Suplente — Eliana Olinda (RJ)

Doutoranda e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), Especialista em Psicologia Jurídica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Atualmente, conselheira no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atuando na Vara de Infância, Juventude e Idoso da capital. Experiência profissional com ênfase na Psicologia Jurídica.

Suplente — Lourdes Machado (MG)

Funcionária efetiva da Prefeitura Municipal de Congonhas MG, trabalha na Secretaria de Estado de Saúde/MG; atualmente na SRSBH — Referência Técnica para implantação/implementação da Rede de Atenção em Saúde Mental para Crianças e Adolescentes. Professora na Escola de Supervisores Clínicos- institucionais da ESPMG e em cursos de Especialização/capacitação em Saúde Mental.

Suplente — Roberta F. Lemos (SP)

Mestre em Psicologia Experimental. Militante em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Atuação em políticas públicas direcionadas à infância e adolescência e de garantia do direito ao esporte. Autora de publicações em temáticas como sistema socioeducativo, escuta protegida de crianças e adolescentes no sistema de justiça, políticas públicas de esporte e direito a participação de crianças e adolescentes.

CRP 01 – DF VOTE 12

PSI DF VEM SOMAR, VEM CUIDAR

CRP 03 – BA VOTE 11

CUIDAR DA PROFISSÃO BA

CRP 04 – MG VOTE 11

CUIDAR DA PROFISSÃO MG

CRP06 – SP VOTE 11

CUIDAR DA PROFISSÃO EM SP

CRP 09 – GO VOTE 12

PRA CUIDAR DA PROFISSÃO

CRP 10 – PA/AP VOTE 11

UMA PSICOLOGIA PRA CUIDAR DE TODXS

CRP 11 – CE VOTE 12

PRA CUIDAR DA PROFISSÃO

CRP 12 – SC VOTE 11

CUIDAR DA PROFISSÃO SC

QUEM CONCORRE AOS CRPs

CRP 13 – PB VOTE 11

CUIDANDO DA PROFISSÃO

CRP 14 – MS VOTE 11

CUIDAR DA PROFISSÃO: AVANÇAR A PSICOLOGIA C/
COMPROMISSO SOCIAL

CRP 16 – ES VOTE 11

CUIDAR E AGIR NA PROFISSÃO

CRP 17 – RN VOTE 11

RENOVAÇÃO PARA O CRESCIMENTO

CRP 18 – MT VOTE 11

NOVOS TEMPOS DO CUIDAR

CRP 19 – SE VOTE 11

CRESCER E CUIDAR DA PROFISSÃO

CRP 20 – AM/AC/RO/RR VOTE 11

CUIDAR DA PROFISSÃO

CRP 21 – PI VOTE 14

PRA CUIDAR DA PROFISSÃO

O MOVIMENTO PRA CUIDAR DA PROFISSÃO APRESENTA SUAS PROPOSTAS PARA A GESTÃO CFP 2014-2106

DIÁLOGO COM AS(OS) PSICÓLOGAS(OS)

- Implementação e acompanhamento das diretrizes do VIII Congresso Nacional de Psicologia – CNP em todo o sistema conselhos.
- Avanço dos processos de democratização da participação das(os) psicólogas(os), aprimorando estratégias de comunicação, interação e decisão.
- Ampliação da qualificação profissional por meio da produção de referências e do acesso à informação.
- Incremento da articulação com entidades científicas e sindicais da psicologia brasileira, aprimorando as bases para a atuação profissional.
- Investimento na constituição da identidade da psicoterapia realizada por psicólogas(os), destacando suas especificidades e diferenças em relação a processos psicoterapêuticos realizados por outras(os) profissionais.

APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL

- Ampliação dos espaços institucionais de diálogo entre profissionais e a autarquia, com ênfase na ouvidoria.
- Garantia da transparência da utilização dos recursos orçamentários, das decisões políticas e dos processos de gestão.

DIÁLOGOS COM O ESTADO

- Reafirmação da laicidade do estado como fundamento da garantia à liberdade religiosa brasileira.
- Defesa da inserção da psicologia nas políticas públicas, reafirmando sua função social.
- Permanente reafirmação da autonomia profissional, marcada pelo respeito às construções realizadas por nossa categoria, pelo reconhecimento dos saberes de outros campos profissionais e pelo incentivo à interdisciplinaridade, à multiprofissionalidade e à intersetorialidade.
- Aproximação de órgãos de gestão e implementação de políticas públicas, em conjunto com entidades sindicais, para avançar na garantia de condições e relações de trabalho que assegurem a qualidade ética e técnica dos serviços psicológicos.

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE

- Informação à sociedade sobre a inserção da psicologia nos diferentes âmbitos da garantia de direitos.
- Articulação com os movimentos sociais pelas conquistas sociais e de direitos humanos, visando ao enfrentamento da desigualdade social.

ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O AVANÇO DA PSICOLOGIA

- Promoção de diálogo com as entidades brasileiras participantes da união latinoamericana de psicologia- ulapsi, destacando a ampliação das filiações
- Consolidação das articulações entre os núcleos de produção de conhecimento da ulapsi, de forma a contribuir para uma psicologia mais reconhecida e mais potente para intervir sobre a realidade latinoamericana
- Ampliação da interlocução com os países de língua portuguesa, favorecendo reflexões sobre a atuação da(o) psicóloga(o) e sobre os processos identitários.

SEM DEMOCRACIA E IGUALDADE, NENHUMA PAZ É POSSÍVEL

O movimento cuidar da profissão conta com representantes de todos os estados, com experiência de atuação em diferentes áreas, com diversas populações, desenvolvendo e aprimorando processos de trabalho embasados cientificamente e em diálogo com nossa realidade brasileira, sempre tão diversa e desafiadora.

Conheça mais sobre nossa forma de pensar e agir sobre a psicologia!

SITE – WWW.CUIDARDAPROFISSAO.ORG

FACEBOOK – MOVIMENTO “PRA CUIDAR DA PROFISSÃO”

Prêmio César Ades: pensar o futuro da Psicologia no Brasil

O 8º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (Conpsi) foi palco da cerimônia de entrega do Prêmio Monográfico César Ades: Desafios para o Futuro da Psicologia, que recebeu 112 trabalhos, vindos de todas as regiões brasileiras. Em solenidade no dia 10 de maio, foram premiados os 14 melhores, nas categorias estudantes e psicólogos(os).

“Você representam todo o esforço e o comprometimento das(os) psicólogas(os) e estudantes de Psicologia na construção da profissão”, disse o presidente do CFP, Humberto Verona, aos vencedores. A coordenadora do prêmio e conselheira do CFP, Tânia Brasileiro, considera que os trabalhos podem incentivar novos estudos voltados para os temas da América Latina: “espero que os artigos contribuam para uma reflexão sobre o crescimento da Psicologia como Ciência e Profissão

na região, baseados no rico legado deixado pelo psicólogo César Ades”.

Os 10 premiados presentes destacaram a importância de incluir o desafio das ações envolvendo o futuro da Psicologia no cotidiano da profissão.

Marina Vilar, de São Paulo, recebeu primeiro lugar na categoria profissional pelo trabalho *Interfaces entre Psicologia e Direito: Desafios da Atuação na Defensoria Pública*. Para ela, “o desafio de produzir conhecimento a partir desse viés é um estímulo para colocar sempre em análise o que estamos fazendo”.

Para Vinícius Furlan, estudante de Piracicaba (SP) e terceiro lugar no subtema políticas públicas, o prêmio gerou a possibilidade de pensar o contexto sociopolítico-cultural e das políticas e projetos sociais da Psicologia no século XXI, tema do seu trabalho. “É muito bom ver profissionais jovens pensando não só no futuro da

Psicologia, mas nos reflexos da atividade em outras áreas”.

Dos dois trabalhos inscritos do Piauí, um foi premiado. Selena Mesquita recebeu o terceiro lugar na categoria profissional do subtema Contribuições da Psicologia na Construção do Conhecimento no Século XXI. Segundo ela, o trabalho *Retratos de autópsias psicossociais sobre suicídio de idosos em Teresina* reflete uma realidade da cidade.

➤ **César Ades:** O prêmio homenageou o psicólogo César Ades por sua contribuição ao desenvolvimento dos estudos estratégicos sobre o futuro da Psicologia no País. Pouco antes de falecer, em março de 2012, Ades havia iniciado um grupo de discussão sobre o papel social e o valor estratégico da Psicologia como uma profissão voltada à inserção social e a atender as aspirações da população.

Conheça as(os) vencedoras(es):

As Políticas Públicas e o Futuro da Psicologia

CATEGORIA ESTUDANTE

1º) Ana Chacel de Castro/UFRJ: Juventude, Território, Psicologia e Política: Intervenções e Práticas Possíveis

2º) Rosana Gomes Reis/UNIPAR: As Políticas Públicas e o Campo: e o Psicólogo com isso?

3º) Vinícius Furlan/UNIMEP: Articulando os Contextos Sócio-Político-Cultural e das Políticas e Projetos Sociais no Seio da Psicologia no Século XXI

CATEGORIA PROFISSIONAL

1º) Marina Wanderley Vilar de Carvalho (SP): Interfaces entre Psicologia e Direito: Desafios da Atuação na Defensoria Pública

2º) Marivete Gesser (SC): Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo

3º) Rogério Lerner (SP): A Psicologia na Articulação entre os Âmbitos Coletivo e Psíquico: Construção de uma Política Pública em Saúde de Cuidado com o Desenvolvimento

Contribuições da Psicologia na Construção do Conhecimento no século XXI

CATEGORIA ESTUDANTE

1º) Camila Félix/UERJ: Judicialização da vida na contemporaneidade

2º) Paula Márcia de Lima/FAC DE AMERICANA: A psicoterapia sócio-histórica

3º) Hernani Pereira dos Santos/Uel: Cientificismo como Obstáculo à Compreensão Ético-Política da Psicologia: Limites, Problemas e Alternativas

CATEGORIA PROFISSIONAL

1º) Ângelo Brandelli Costa (RS): Diversidade sexual e avaliação psicológica: os direitos humanos em questão

2º) Vicente Cassepp Borges (MS): Skinner e o futuro da Psicologia

3º) Selena Mesquita de Oliveira Teixeira (PI): Retratos de autópsias psicossociais sobre suicídio de idosos em Teresina

A Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades

CATEGORIA ESTUDANTE

1º) Camilla Veras Pessoa/UFBA: Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades

2º) Claudia Gomes da Cruz/FAC. SANTÍSSIMO SACRAMENTO (BA): Agentes de Limpeza Pública: um Estudo da Relação Prazer/Sofrimento no Ambiente Laboral

Profissionais constroem caminhos para Psicologia nos próximos três anos

O VIII Congresso Nacional da Psicologia encerrou seus trabalhos com 285 propostas aprovadas, que guiarão as gestões dos Conselhos de Psicologia nos próximos três anos. Durante os quatro dias da etapa nacional do Congresso, ocorrida entre 30 de maio e 2 de junho, em Brasília-DF, 235 delegadas e delegados eleitas(os) pela categoria e 19 estudantes trabalharam as 597 propostas vindas dos Congressos Regionais da Psicologia (Coreps) e escolheram aquelas que embasaram o projeto político da profissão, construído coletivamente desde os eventos preparatórios.

A transmissão online do CNP teve, em média, mil pontos conectados para assistir à abertura e à plenária.

Para Aluizio Brito, coordenador da Comissão Organizadora (Comorg), o VIII CNP atingiu seu objetivo. “Temos muito a comemorar, todas as propostas que vieram à plenária foram apreciadas e votadas. Isso é reflexo de que as condições criadas pela organização permitiram que o CNP cumprisse seu papel de apreciar e votar todas as 308 propostas que vieram dos grupos, restando aprovadas 285 propostas e mais 28 moções. Houve tempo suficiente para a Comissão Eleitoral apresentar todo o processo elei-

toral de inscrição de chapas para consulta nacional, tudo dentro do cronograma”, comemorou.

Como panorama para os próximos três anos da profissão, Brito avalia que a Psicologia vai avançar ainda mais no campo das Políticas Públicas, além de atuar em campos emergentes, como a área do Esporte, com as comunidades tradicionais, com os povos ribeirinhos. “As propostas aprovadas neste Congresso vão fazer a Psicologia avançar para lugares e espaço a que ela ainda não chegou, esse é o grande marco”, salientou.

As propostas passam pelas mais diversas áreas de atuação das psicólogas(os). Entre os pontos aprovados está o de manter a aproximação do Sistema Conselhos de Psicologia com outros Conselhos profissionais para estabelecer um diálogo interdis-

ciplinar nas demandas sociais e ampliar os espaços de interlocução entre as(os) psicólogas(os) e outras categorias, objetivando o melhoramento da atuação profissional, inserida no contexto social.

No campo do ensino, o Sistema Conselhos, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (Abep), deverá iniciar debate com os gestores da Educação para implantação de assuntos transversais na matriz curricular das instituições de ensino. Os temas incluem diversidade sexual, medicalização, saúde mental, álcool e outras drogas, direitos da criança e do adolescente, relações raciais, laicidade, entre outros.

Para Jorge Luiz Silva Vieira, delegado por São Paulo (CRP-06), o Congresso conseguiu unir linhas que ainda são pouco vistas dentro

VIII CNP em números:

450 eventos preparatórios → **12 mil** psicólogas(os)

202 pré-Congressos → **5 mil** psicólogas(os)

23 Coreps → **1.338** delegadas(os)

597 propostas apreciadas na etapa nacional

308 propostas avaliadas na plenária → **285** aprovadas
+28 moções

da Psicologia, tanto no debate científico quanto no político. "Principalmente o debate da Psicologia com as práticas integrativas e complementares, a acupuntura, os saberes tradicionais, a atuação das(os) psicólogas(os) com os povos indígenas e com as comunidades tradicionais", pontuou.

► **Interiorização:** Uma das propostas aprovadas prevê ampliar a interiorização e a regionalização das ações políticas do Sistema Conselhos, tornando fixa a Comissão de Interiorização em todos os Regionais e garantindo que a Comissão Gestora seja representativa da categoria local no caso das subseções.

Essa interiorização já pode ser observada nos debates deste VIII CNP e foi ressaltada pela delegada por Pernambuco (CRP-02), Roberta Lacerda Matias Maciel. "Percebemos que, tanto em Pernambuco quanto em outros estados, houve uma proposta de interiorização, com a presença nos Coreps de psicólogas e psicólogos dos municípios do interior, o que possibilitou que as propostas atendessem às demandas e às necessidades dos profissionais as diversas regiões do País", observou.

► **Novidades:** A sistematização das propostas foi diferente no VIII CNP. A utilização do Sisconferência, sistema eletrônico utilizado nas conferências do governo federal, trouxe agilidade para consolidar as propostas desde os encontros locais.

A votação eletrônica das propostas na etapa nacional possibilitou contagem mais rápida dos votos. Cada delegada(o) recebeu uma máquina de votação digital, na qual registrava suas escolhas, imediatamente contabilizadas e projetadas em um painel.

A voz das (os) delegadas (os)



"Acho fundamental o enfoque da Psicologia com intuito de reduzir a marginalização por meio da promoção dos direitos humanos e a aplicação de políticas públicas que atendam essa camada da população. A Psicologia tem um papel de destaque na questão social. Espero que a próxima gestão leve à frente as propostas de ampliação de suas ações na sociedade". ► **Maria Teresa de Amaral – CRP-SP**

"O CNP é um espaço democrático que possibilita ao psicólogo ter voz e voto, trilhando caminhos para os próximos três anos, contemplando as especificidades de cada região do País. Os trabalhos para elaboração de propostas foram bastante produtivos e bem discutidos. Tenho observado isso desde as reuniões no meu estado, que é Rondônia". ► **Roberson Cesarin – CRP-AM/AC/RO/RR**



"Considero que a formação da(o) psicóloga(o) é um dos temas mais importantes que o CNP tem abordado. A discussão colabora para a qualificação do profissional desde a base, que é a universidade. Para os próximos três anos, espero que a Psicologia seja mais voltada para o compromisso social e a sociedade". ► **Glória Maria Santiago – CRP-DF**

"Enquanto delegados, podemos trazer a representatividade da nossa região. Acho que a principal dificuldade é conviver com toda essa diversidade cultural, pois aqui está todo o Brasil, não é uma região só. Algo que para nós, no Sul, é facilmente aceito, não é para outra região. Esse debate é muito saudável". ► **Tadeu Supptitz – CRP-SC**



"Está sendo uma satisfação muito grande participar deste VIII CNP, que é a instância deliberativa onde todas(os) as(os) psicólogas(os) têm a oportunidade de ser representados por delegadas e delegados que foram eleita(os) num amplo processo democrático em cada Conselho Regional." ► **Ana Sandra Fernandes – CRP-PB**

"É a primeira vez que participo do CNP e acho que foi bem construtivo. O grupo trabalhou muito bem, foi bem produtivo para todo mundo e acho que chegamos numa metodologia bacana". ► **Ângela Silva – CRP-PR**



Brasil unido na luta antimanicomial

Profissionais, familiares e usuários de saúde mental mobilizam-se por uma política pautada no respeito integral e na promoção dos direitos humanos



“Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir”. Foi com esse tema que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais mobilizaram-se no dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial. As atividades celebraram a trajetória de 25 anos de mobilização social que resultou em conquistas e avanços nas políticas públicas de saúde mental no Brasil, a partir de um novo olhar sobre a atenção ao sofrimento psíquico.

No Dia Nacional da Luta Antimanicomial, o cenário calmo e bucólico do Parque da Cidade, em Brasília, recebeu as reivindicações dos movimentos por uma sociedade sem manicômios. Cerca de 100 manifes-

tantes se reuniram na tentativa de conscientizar a população para que os usuários da saúde mental sejam mais respeitados e acolhidos, com direito ao convívio social e a possibilidade de exercer sua cidadania. A psicóloga e diretora do Departamento de Atividade Psicossocial da Defensoria Pública do Distrito Federal (DAP/DPDF), Ingrid Quintão, participou da atividade e acredita que, apesar da luta, falta dar visibilidade para a questão da saúde mental. “O grande ponto está na falta de acolhimento. A Lei [da Reforma Psiquiátrica, nº 10.216/2001] é linda, mas não está funcionando”, argumentou a psicóloga Cláudia Patrícia Lacerda, também do DAP/DPDF.



Por tratamentos humanizados e pela reformulação do modelo de assistência aos usuários da saúde mental, houve atos no DF, SP e MG (fotos), MT, ES, MS, AL e RS.

Profissionais, familiares e aqueles que fazem uso dos serviços de saúde mental seguem demandando uma política pautada no respeito integral aos que se encontram com a saúde mental fragilizada. “Somente quando a sociedade entender que alguém com sofrimento mental pode ser acolhido e fazer parte da sociedade, haverá evolução no sistema de saúde mental. São pessoas que têm muitas qualidades a oferecer e que a população, por uma história cultural, não enxerga”, resume o psicólogo Gilceu Ferreira, de Santa Catarina, que participou das atividades no DF.

Sob o tema “Qual a sua Loucura?”, São Paulo contou com uma

lista extensa de atividades, que incluiu vernissage itinerante, com produções de usuários e discussões sobre avanços e obstáculos da rede de atenção psicossocial. Já no Rio de Janeiro, foram feitas manifestações na Central do Brasil e na Cinelândia, para enfatizar a Luta Antimanicomial no País. “Essa campanha é importante para reafirmar a importância da Psicologia para a sociedade”, ressalta o psicólogo carioca Saulo Oliveira.

Em Minas Gerais, a escola de samba “Liberdade Ainda que Tam Tam” fez um desfile pelas ruas de Belo Horizonte para manifestar o Dia da Luta Antimanicomial de 2013. A es-

cola é uma estratégia do movimento antimanicomial de Minas Gerais, que há 16 anos realiza uma manifestação político-cultural no formato de desfile de carnaval, provocando reflexões sobre o lugar social da loucura e defendendo a Reforma Psiquiátrica.

Também ocorreram mobilizações nos estados de Mato Grosso, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Rio Grande do Sul. Usuários, familiares e colaboradores prepararam passeatas, atividades educativas, reflexões, apresentações artísticas e debateram o tema a favor de tratamentos mais humanizados e da reformulação do modelo de assistência aos usuários da saúde mental.

Avanços no caminho pelo fim dos manicômios

Sobretudo na última década, a internação em hospitais psiquiátricos tem cedido lugar a tratamentos alternativos na Rede de Assistência em Saúde Mental, que passou utilizar uma rede de atenção psicossocial centrada na inclusão social, composta por Centros de Atenção (Caps), Residências Terapêuticas (RTs), Centros de Referência e Assistência Social (Cras) e centros de acolhimento para usuários de crack e outras drogas.

Dados do Ministério da Saúde (MS), de 2012, apontam que existem 1.891 Caps em todo o Brasil. Há 13 anos, eram 208, somando todas as capitais do País. Pesquisa do MS também destacou que, no ano passado, existiam 625 Residências Terapêuticas em funcionamento no País, além de 154 em fase de implantação.

Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apontou que, até 2012, havia 7.669 Cras distribuídos pelo território nacional. Ainda no mesmo ano, o Ministério da Saúde anunciou a criação de centros de acolhimento de dependentes químicos em cidades com mais de 200 mil habitantes.

O fechamento de manicômios foi outra conquista de 2012. Em outubro de 2012, a Comunidade Psicoterapêutica Nossa Senhora das Graças, o último manicômio do município de Camaragibe, na região metropolitana do Recife, fechou as portas. Para as(os) psicólogas(os), o fato

simbolizou uma grande vitória para uma cidade que, até 2009, possuía duas instituições manicomiais, entre elas o hospital Alberto Maia, um dos maiores do Brasil, que chegou a receber pacientes de aproximadamente 70 municípios pernambucanos até seu fechamento.

Em dezembro, o Ministério Público, as Secretarias do Estado da Saúde e dos Direitos Humanos e as prefeituras de Salto de Pirapora, Piedade e Sorocaba (SP) assinaram um termo de ajustamento de conduta para acabar com os hospitais psiquiátricos na localidade, considerada o maior polo manicomial do País. O acordo, que tem até três anos para ser cumprido, pode beneficiar 3 mil pacientes internados em sete hospitais da região, que deverão ser transferidos para Residências Terapêuticas ou Caps.

> Memória: A Luta Antimanicomial teve início na década de 1970 e conta com eventos que se tornaram marcos pela Reforma Psiquiátrica no País, como as quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental, que geraram inúmeros avanços na área, a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação de modelos diversificados de atenção integral à saúde mental daqueles que convivem com algum tipo de sofrimento mental ou que são usuários de drogas.

Drogas no Brasil: uma política à beira do retrocesso

Portugal: modelo comandado pelo Ministério da Saúde excluiu internações compulsórias e repressão militar do rol dos tratamentos

“A política atual fracassou e o que estão fazendo no Brasil é simplesmente dar um passo atrás enquanto todo o mundo está buscando soluções inteligentes”. Foi assim que o ex-presidente da Colômbia, César Gaviria, resumiu as ações do governo brasileiro em relação ao uso de drogas no País. O tema foi objeto de palestras durante o Congresso Internacional sobre Drogas: Lei, Saúde e Sociedade (CID 2013), que levou 700 de pessoas ao Museu na República, em Brasília, com o objetivo central de repensar o rumo dessa política no

Brasil. O evento ocorreu entre 3 e 5 de maio e reuniu representantes do governo, da sociedade civil, de instituições de ensino, estudantes e entidades ligadas ao tema.

Diferentes nações, como Portugal e Uruguai, já aprovam reformas legais descriminalizantes em relação ao uso de drogas. No ano 2000, pesquisa realizada em Portugal mostrou que as drogas simbolizavam o maior problema do país. Em 2001, o governo português ousou, com um sistema comandado pelo Ministério da Saúde, excluindo internações compulsórias e repressão militar



Congresso Internacional sobre Drogas 2013: 700 de pessoas por dia no Museu da República, Brasília

do rol dos tratamentos destinados a usuários. Em 2011, a investigação foi repetida e o uso de entorpecentes não constavam sequer na lista dos dez maiores problemas locais.

No Brasil, o cenário é bem diferente. Entre várias medidas, alguns estados, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, têm implementado uma política de combate ao crack fundada em internações compulsórias e involuntárias, mesmo com posicionamentos contrários de entidades, grupos, movimentos sociais e populares, em todo o Brasil, que ressaltam implicações das medidas do ponto de vista ético, jurídico e político.

Um dos mais respeitados médicos do mundo sobre o tema, o húngaro-canadense Gabor Maté, que participou do Congresso Internacional sobre Drogas, estima que a cada 100 pessoas que experimentam crack, aproximadamente 20 fiquem dependentes. O crack é mais viciante que a maconha (9%) e menos do que o tabaco (32%), a taxa mais alta entre as drogas. A cura, segundo ele, não engloba cadeia, internação forçada ou ampliação das penas para usuários de drogas, e sim algo mais simples, como a solidariedade e a compaixão – ações que as ajudem a encontrar sentido para as próprias vidas. “A dependência não reside na droga – ela reside na alma”, afirmou.

► **O PL que altera a Lei sobre Drogas no Brasil vai para o Senado:** O CID 2013 ocorreu em um momento estratégico da tramitação, na Câmara dos Deputados,

do Projeto de Lei (PL) 7.663/2010, que altera dispositivos da lei sobre drogas no Brasil. A proposta apresentada pelo deputado Osmar Terra (PMDB-RS) teve o texto-base aprovado pelo plenário da Casa em 22 de maio. Ela segue, agora, para avaliação pelo Senado Federal.

O projeto prevê a internação involuntária de dependentes por até 90 dias, solicitada por um familiar ou por servidor público que não seja da área de segurança pública, e aumenta a pena mínima do traficante de cinco para oito anos de cadeia.

O diretor fundador da Drug Policy Alliance (EUA), Ethan Nadelmann, esteve no CID 2013 e se mostrou bastante desanimado com os rumos da política de drogas brasileira. “O Brasil insiste em seguir as pegadas de políticas americanas falidas, encarcerando pessoas nos presídios ou em centros de tratamento compulsório. Não há nenhuma prova de que essa seja uma política eficiente”, disse. “O governo brasileiro, que tenta tanto descriminalizar a pobreza, não leva em conta que não há nada mais eficiente em criminalizá-la do que estes programas”, completou.

Com a aprovação do PL, grandes marcos da Luta Antimanicomial estariam ameaçados. A Reforma Psiquiátrica, em 2001, foi citada como grande avanço pelo vereador Renato Cinco (PSOL-RJ). Ele questionou a retrocesso em relação ao fim da pena de prisão para os usuários, decisão de 2006. “O projeto do Osmar Terra ameaça retroceder nessas duas conquistas, retornando o processo

“A dependência não reside na droga – ela reside na alma”

► Gabor Maté

“O Brasil insiste em seguir as pegadas de políticas americanas falidas, encarcerando pessoas nos presídios ou em centros de tratamento compulsório. Não há nenhuma prova de que essa seja uma política eficiente”

► Ethan Nadelmann

“É preciso que STF declare a inconstitucionalidade dessa questão ou, em última instância, regulamente a redução de riscos e danos, anistiando infratores de crimes não violentos e investindo em emprego, saúde, educação, moradia, cultura e esporte”

► Sidarta Ribeiro

“O projeto do Osmar Terra (...) retoma o aprisionamento dos usuários, disfarçado de internação compulsória”

► Ver. Renato Cinco

de aprisionamento dos usuários, disfarçados de internação compulsória”, pontuou.

O aumento das penas mínimas de cinco para oito anos para traficantes é outro alvo de críticas em relação ao projeto. “É mais do que o tempo previsto para homicídio”, considera o ex-secretário nacional de Justiça e professor da Universidade de São Paulo (USP), Pedro Abramovay. De acordo com ele, a lei não esclarece o limiar entre usuário e traficante.

“Quando colocados na mesma situação, o pobre é traficante e o rico, usuário”, comparou.

O professor da Universidade de São Paulo (USP), Henrique Carneiro, frisou a falta de amparo científico na discussão em torno da política de drogas. “O PL leva em conta uma espécie de ascensão ao domínio da sociedade brasileira de uma vertente fundamentalista, sem embasamento teórico, que tenta criar um pânico moral, fazendo da palavra droga um espantalho”, destacou.

A lógica do encarceramento novamente fortalecida

Na guerra às drogas, outro tema histórico da Psicologia, o do fim possível das prisões e o questionamento do encarceramento como forma de solução das mazelas da sociedade, volta à tona.

Até junho de 2012, o número de encarcerados em todo o Brasil somava mais de 550 mil, conforme levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça (MJ). Desse total, pouco mais de 26% são relacionados ao tráfico de drogas. De acordo com o Depen, as vagas não chegam a 300 mil, contando os 1.771 presídios do País.

O delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro (PC/RJ) Orlando Zacone acredita que a legalização do uso teria impacto na questão do aumento constante de encarcerados nos presídios brasileiros. “Temos de avançar no debate da política de drogas. A descriminalização vai ter impacto direto em todo complexo que envolve o tráfico de drogas e a ocupação do sistema prisional, que passará a não envolver o usuário”, alertou.

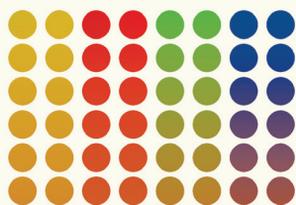
O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Sidarta Ribeiro, concorda que a proibição do uso de drogas contribuiu para o superencarceramento e a criminalização da pobreza. “É preciso que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a inconstitucionalidade dessa questão ou, em última instância, regula-

mente a redução de riscos e danos, anistiando infratores de crimes não violentos e investindo em emprego, saúde, educação, moradia, cultura e esporte”, frisou. Ele citou o exemplo das supremas cortes da Argentina e da Colômbia, que descriminalizam a posse de entorpecentes.

➤ **Sobre o Congresso:** O Congresso Internacional sobre Drogas teve promoção conjunta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), da Universidade de Brasília (UnB), do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), do Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Psicoativos (Neip) e da Associação Brasileira de Estudos Sociais do Uso de Psicoativos (Abesup).

Para o presidente da Comissão Organizadora do CID 2013, Renato Malcher, o evento contribuiu com o avanço da discussão no Brasil. Embora tenha recebido apoio financeiro de várias instituições públicas e privadas, o Congresso foi um evento autônomo, que reuniu cientistas, profissionais da área e movimentos sociais, que debateram de forma democrática novas políticas sobre álcool e outras drogas que não contenham o viés repressor, como as propostas atuais, que defendem e priorizam a internação forçada de dependentes químicos.

O CFP organizou duas mesas, sobre “Psicologia, Drogas e Cidadania” e “Drogas, Direitos Humanos e Laço Social”.



**A BANALIZAÇÃO
DA AVALIAÇÃO
PSICOLÓGICA PREJUDICA
TODA A SOCIEDADE**

Campanha quer barrar banalização de testes psicológicos

Fenpb defende o uso responsável e ético dos instrumentos de avaliação

Com objetivo de aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade brasileira, o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) lançou a campanha nacional contra a banalização da avaliação psicológica. A iniciativa pretende informar a categoria sobre a importância da atividade e, ao mesmo tempo, trabalhar para que o uso seja mais consciente e ofereça visibilidade ao sujeito, e não apenas à sua patologia.

De acordo com a conselheira do CFP Ana Paula Noronha, a campanha surgiu como resposta à necessidade de difundir a importância do cuidado com os testes psicológicos. “Deve haver conscientização sobre o fato de que eles são sigilosos e sua divulgação inadequada pode interferir na qualidade dos processos de avaliação psicológica”, ressalta.

► **Internet:** A utilização dos testes psicológicos sem critérios técnicos pode oferecer dados não confiáveis, especialmente quando disponibilizados pela internet, em sites e redes sociais como o YouTube – o que viola o sigilo e permite acesso de não profissionais a esses instrumentos de uso privativo de psicólogas(os).

Por vezes, os testes são alocados em páginas estrangeiras, dificultando a fiscalização nacional. O CFP tem buscado soluções com a Polícia Federal que, por sua vez, vem dialogando com a Interpol. O Ministério Público conseguiu que algumas palavras-chave relativas aos testes fossem retiradas de bases de busca na internet – como o Google – para evitar o mau uso das ferramentas.

Além disso, o uso de testes psicológicos que recebem parecer desfavorável do CFP para aplicação profissional é antiético e o psicólogo pode responder administrativamente pelo mau uso da profissão. A lista completa de testes aprovados está disponível em

<http://www.pol.org.br/satepsi/>, e a avaliação é realizada por uma comissão de especialistas, segundo os critérios estabelecidos na Resolução CFP nº 2/2003.

► **Laudo:** Documento resultante do trabalho de avaliação psicológica, o laudo emitido pelas(os) profissionais é instrumento com consequências para indivíduos e para toda a sociedade. Ele pode, por exemplo, ajudar um juiz a determinar a guarda de uma criança ou definir se a pessoa pode ou não obter sua carteira de motorista ou aposentadoria. “Há implicações sociais decorrentes da finalidade do uso dos documentos escritos pelas(os) psicólogas(os) a partir de avaliações psicológicas”, lembra a conselheira do CFP Monalisa Barros.

Pela importância desses registros, é obrigatório produzir e guardar documentos relativos ao atendimento psicológico. “Há resoluções do Conselho que norteiam os documentos emitidos pelas(os) psicólogas(os), bem como a forma como todos os atendimentos devem ser registrados e guardados por no mínimo cinco anos”, completa Barros.

As diretrizes para avaliação psicológica estão garantidas pela Resolução CFP nº 7/2003, a qual especifica que “os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica”.

Na escolha de um teste como instrumento de avaliação psicológica, é fundamental que o psicólogo consulte o site www.pol.org.br/satepsi/ para verificar se ele foi aprovado.

ENTREVISTA: **Marisa Lopes da Rocha**

Atuação profissional na educação básica em debate

Em maio, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) lançou Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica – disponível na página do CFP na internet. O Jornal do Federal convidou Marisa Lopes da Rocha, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para comentar alguns dos principais pontos do documento. Rocha é pós-doutora em Filosofia e História da Educação (Unicamp) e em Psicologia Social (UFRGS).

JORNAL DO FEDERAL: Uma das questões colocadas pelo documento do Crepop é a reflexão sobre a função social da escola hoje. Como a percebe?

▶ **MARISA LOPES:** Vejo a escola como um território de experimentação que favorece misturas com muitos ingre-

dientes, entre eles os saberes constituídos, os modos de vida, tradições e crenças diversos, o encontro entre gêneros, gerações. Esteio para a produção de novos conhecimentos.

Em seu trabalho de extensão universitária em escolas e creches da rede pública, quais são os maiores desafios?

▶ Problematizar a organização coletiva das práticas que dão consistência à vida escolar e, nesse sentido, as tensões, os conflitos, assim como os mecanismos que dificultam a mobilização e a gestão do trabalho por quem o exerce. Entre os principais efeitos encontramos que:

- a (in)disciplina deixa de funcionar como analisadora das relações que a constituem, deixa de ser uma força que provoca reflexão e ação entre alunos e professores e destes

sobre as circunstâncias de ensino, para se constituir como obstáculo;

- a tensão implicada no processo de formação, generalizando-se na multiplicação de dispositivos de controle, deteriora as relações e adoce a comunidade educacional;
- a escola se cristaliza em uma pluralidade de leis e abandona o enfrentamento do coletivo nas suas divergências, enfraquecendo a capacidade de negociação e os vínculos que tecem a rede social, passando a convocar diversos especialistas (psicólogo, médico, juiz) para resolver problemas;
- a gestão e a organização do processo de trabalho escolar estão atravessados cada vez mais pela exclusão do professor, que não interfere nas regras de seu ofício.

É possível questionar o pensamento que culpabiliza estudantes, familiares e professores pelos problemas nas escolas?

▶ Sim, porém, é fundamental perceber que tensões e conflitos estão sempre presentes e são o investimento dos sujeitos na vida daquela coletividade, desafiando a lidar com as turbulências que se produzem a cada momento. É do difícil convívio com as inquietações e com as diferenças que a solidariedade pode vir



"As relações solidárias são um contratempo, exercício do que resiste ao tédio, ao isolamento, ao esvaziamento de sentido, podendo significar saúde."

▶ **Marisa Lopes da Rocha**

a se engendrar enquanto sentido e ação comum que rompem com o isolamento, com os padrões, com a culpabilização em cadeia, aprisionando todos na lógica disciplinar. Em tempos de competitividade e autossuperação, autoempreendimento, as relações solidárias são um contratempo, exercício do que resiste ao tédio, ao isolamento, ao esvaziamento de sentido, podendo significar saúde.

Dados do Crepop apontam como desafio cotidiano a desvinculação da(o) psicóloga(o) do trabalho clínico na Educação básica. Como lidar com ele?

▶ Trabalhar na perspectiva de uma micropolítica de invenção da vida é abordar a educação levando-se em conta alguns deslocamentos que têm início no próprio lugar do psicólogo. Tradicionalmente, quando entramos em uma escola, acreditamos que nossa contribuição é mudar o outro, o professor que não sabe fazer ou a criança que não consegue aprender. O “olhar clínico do especialista” estendido ao professor produz casos problemas, o que falta àqueles que ali estão em cena. É importante ter claro que oferta e demanda de trabalho se constroem juntas. Quando nos chega um pedido, é efeito de um entre-nós educadores e psicólogos nas expectativas de papéis uns dos outros, nas relações estabelecidas. Nossos cursos primam pela construção da identidade profissional, formação daquele que sabe e que pode avaliar o grau de desvio, resolvendo problemas ou encaminhando-os. Esta é a lógica da medicalização, uma terapêutica de amplo espectro, tendo como de-

nominador comum a classificação, a normalização e a hierarquia, inclusive para nós mesmos.

O primeiro deslocamento é o do próprio lugar, é o do nosso encargo social, ou seja, da identidade que nos confere saber, poder de curar, de resolver, ampliando a impotência e desimplicando os demais atores.

O segundo deslocamento está em girar dos casos às histórias, do problema ao campo problemático, do plano determinista naturalizado ao plano político em que é fundamental devolver ao social o que foi psicologizado: colocar uma lupa nas relações, nos modos de funcionamento, nas implicações entre as pessoas e destas com o trabalho que realizam. Aqui, convém significar o conceito de saúde: a capacidade dos coletivos em enfrentar imprevistos e adversidades, que nos põe a pensar, que nos faz engendrar maneiras de ser, usufruindo das habilidades em constituição para criar novas situações mais favoráveis à expansão de nossas vidas nos diferentes sentidos. E a questão que se coloca para nós está no que afeta as pessoas, implicando-as com o exercício da problematização, com a produção de outros sentidos de trabalho.

O terceiro deslocamento está no conceito de cotidiano. Normalmente entendido como repetição, da vida contida na agenda, cotidiano para nós é aberto, é repetição que faz diferença, é onde o imprevisível acontece, favorecendo a formulação de novas normas, negociações que avançam e retrocedem. São as relações de convivência que podem agenciar um plano de forças que compõe um co-



Referências Técnicas para
Atuação de Psicólogas(os)
na Educação Básica



CREPOP



Crepop lançou no primeiro semestre de 2013 referências para atuação na Educação Básica. Acesse em crepop.pol.org.br

mun, em que especialistas, professores, pais e alunos constroem acordos possíveis a cada vez, expresso em análises e escolhas.

Esse é um caminho que fortalece a expansão da dimensão pública como plano de experimentação, um entre-nós como exercício que nos convida a pensar e a interferir, dimensão ético-estético-política das práticas de formação.

É função da(o) psicóloga(o) participar do trabalho de elaboração, avaliação e reformulação do projeto pedagógico de cada escola. Quais são os principais desafios nesse sentido?

▶ Cabe ao psicólogo que vai desenvolver um trabalho com educado-

res se apropriar dos conhecimentos e polêmicas vinculados às atividades educacionais, a fim de que possa participar da construção de um plano de indagação do que se passa nas políticas públicas para a educação, nos movimentos que discutem a realidade em aproximações e diferenças e no próprio cotidiano escolar, contribuindo na composição de novos possíveis.

Como vê as possibilidades do trabalho da(o) psicóloga(o) em relação aos conflitos e à violência que muitas vezes são produzidos nas práticas institucionais?

▶ As queixas de indisciplina e violência, caracterizadas como mau comportamento, desrespeito, bagunça ou mesmo ausências (aluno fora da sala ou sem atenção dentro da sala), vêm aumentando e levando muitas vezes a escola a priorizar a disciplina como objetivo educacional, o que gera apenas expectativas normalizadoras. É importante ressaltar que, quando a questão disciplinar passa a ser o eixo norteador do processo educacional, as relações entre os diferentes segmen-

tos passam a ser avaliadas dentro da dualidade respeito ou desrespeito à ordem.

Assim, multiplicam-se as técnicas de controle e as oposições entre direção e professores, direção e funcionários, professor e aluno, escola e família, inviabilizando outros modos possíveis de convivência. É importante considerar que disciplina e indisciplina se constroem ao mesmo tempo. A questão, aqui, é saber se a indisciplina é enfrentada nas relações que a constituem ou se é entendida tão-somente como expressão. Leia entrevista completa em <http://site.cfp.org.br/entrevista-marisa-lobes-da-rocha>

Educação: Psicologia inicia pesquisa sobre violência nas escolas

Desde junho, está em curso pesquisa para subsidiar ações públicas ante a violência e o preconceito nas escolas brasileiras. O trabalho é do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb), do qual o CFP participa, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e de mais nove universidades federais brasileiras, fruto de convênio com o Ministério da Educação (MEC).

A primeira etapa, que tem início em julho, pretende reunir e dar visibilidade às produções acadêmicas e científicas relacionadas a violência e preconceitos. Haverá também estudo de campo em escolas do território nacional. A pesquisa deverá ser finalizada no segundo semestre de 2014.

Crepop leva a gestores da saúde informações sobre a atuação das(os) psicólogas(os) no SUS e no Suas

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem estado presente em congressos que reúnem gestores da área de Saúde para divulgar os materiais que produz sobre a inserção da categoria em políticas públicas. Nos últimos meses, esteve no XXIX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e no XV Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas).

Foram distribuídos, entre outros, as publicações Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS, Prática de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) e Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (Suas) – informações para gestoras e gestores. Todas elas estão disponíveis na página do CFP na internet, em Publicações.



Denúncia deu início aos debates que definiram o conteúdo da **Resolução nº 1/99**

Avança projeto de Decreto Legislativo que busca sustar trechos da normativa

A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou, em 1990, a homossexualidade da lista internacional de doenças. No final da década de 1990, o Conselho Federal de Psicologia recebeu uma denúncia de que psicólogas(os) atuavam nas chamadas terapias de reversão, que propunham a cura para a homossexualidade. Na denúncia, o Grupo Gay da Bahia (GGB) solicitava do CFP providências em relação a essas(es) psicólogas(os), que estariam contrariando a definição da OMS. O questionamento deu início ao trabalho que levou à publicação da Resolução nº 1/99. Ela estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação à questão da orientação sexual.

De acordo com a denúncia recebida pela XI plenária do CFP, profissionais da área estariam participando do Projeto Exodus Internacional, que propunha, à época, a “reversão sexual”. Em 2012, vale ressaltar, o Exodus Internacional reconheceu não haver comprovação da eficácia na reversão da orientação sexual e, por isso, anunciou que não faria mais a “terapia reparativa”, de acordo com informações da página da instituição na internet. Em 19 de junho de 2013, o presidente do Exodus anunciou o fim desse trabalho e desculpou-se publicamente à comunidade gay “por anos de sofrimento indevido e julga-

mento nas mãos da organização e da igreja como um todo”.

A denúncia foi formalizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), por meio do seu fundador, o antropólogo Luiz Mott. Ele lembra que o GGB vinha realizando diversas ações em prol dos direitos da população LGBT. “Até 1999, ano da publicação da Resolução do CFP sobre o assunto, já

Em 19 de junho de 2013, o presidente do Exodus anunciou o fim desse trabalho e desculpou-se publicamente à comunidade gay “por anos de sofrimento indevido e julgamento nas mãos da organização e da igreja como um todo”

tínhamos percorrido todo um caminho de conquistas e lutas. Achemos, inclusive, que a Psicologia demorou a se posicionar, pois a Medicina já havia feito isso em 1985”, lembra. Naquele ano, ainda sob a vigência da nona versão da Classificação Internacional das Doenças (CID-9), o Conselho Federal de Medicina, a partir de questionamento do GGB, orientou profissionais para que, em casos cujo motivo de atendimento

médico seja a homossexualidade, ela “não seja codificada em 302.0 [“Desvio e Transtorno Sexual”], mas na Categoria V 62: “Outras Circunstâncias Psicossociais”, conforme parecer da época.

A plenária do CFP, no momento em que foi analisar a denúncia, deu-se conta de que não havia, no Brasil, normativa da Psicologia que tratasse do assunto. Segundo Marcus Vinícius de Oliveira, conselheiro do CFP na época, a plenária, entendeu que a melhor forma de responder à demanda seria pensar em uma resolução mais ampla, que estivesse de acordo com a indicação da OMS e pautada nos Direitos Humanos. “O CFP, até a publicação dessa normativa, trabalhava no varejo, ou seja, a cada demanda que surgia, era dada solução pontual. A Resolução marca uma virada, pois surge no momento em que há alteração no âmbito do Conselho Federal de Psicologia sobre as suas compreensões estratégicas na forma de lidar com os problemas surgidos na prática profissional, do varejo para uma solução ampliada”, relembrou.

Para pensar a normativa, foi constituído um grupo de especialistas, formado por pessoas reconhecidas nacionalmente na temática. O grupo de trabalho foi coordenado pela então presidente do CFP, Ana Bock, e contou com a participação do psicólogo e pós-doutor pela Universidade

de Paris VII Paulo Roberto Ceccarelli, pela psicanalista Maria Rita Kehl, pela doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Edna Peters Kahhale, pela psicóloga Yara Sayão e pelo psicólogo Ricardo Goldenberg.

Paulo Roberto Ceccarelli, um dos especialistas que participou na elaboração da Resolução, destaca que o texto da normativa foi trabalhado por pessoas de notório saber e foi construído para orientar a atuação da categoria e, também, defender o direito da sexualidade. “Na cultura ocidental, o ‘normal’ é a sexualidade heterossexual, o que faz que todas as outras sejam vistas como

desviantes e, para alguns, passíveis de correção. Na grande maioria dos casos, o conflito apresentado pelo sujeito não está ligado diretamente a sua sexualidade, mas ao discurso social que dita os parâmetros da ‘sexualidade normal’”, acredita.

Com base na proposta apresentada por eles, foram realizados debates nos Conselhos Regionais de Psicologia, culminando no texto atual da Resolução. “A normativa reflete a construção da Psicologia no diálogo com a questão da diversidade sexual, e a defesa dos processos democráticos, que não podem ser aviltados nem comprometidos. Além disso, ela qua-

Na grande maioria dos casos, o conflito apresentado pelo sujeito não está ligado diretamente a sua sexualidade, mas ao discurso social que dita os parâmetros da ‘sexualidade normal’

lifica e preserva a boa prática profissional, pois coíbe a prática que induz às terapias de reversão antiéticas e sem base científica”, ressalta a vice-presidente do CFP, Clara Goldman.

Comissão de Direitos Humanos da Câmara aprova projeto que quer sustar trechos da resolução

Em 18 de junho, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 234/2011, do deputado João Campos (PSDB-GO), que pretende sustar o parágrafo único do artigo 3º e o artigo 4º da Resolução nº1/99. Em nota, o CFP questionou a baixa representatividade de parlamentares durante a sessão. “O que aconteceu na tarde desta terça-feira configura um episódio triste para a história brasileira, que enfraquece a luta pelos Direitos Humanos no Brasil e, conseqüentemente, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias”.

O projeto foi o primeiro a ser colocado em pauta pelo atual presidente da CDHM, deputado Marco Feliciano (PSC-SP), cuja chegada à presidência da Comissão foi questionada por diversos atores ligados aos Direitos Humanos, inclusive pelo CFP.

Em entrevista à Agência Estado, o Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) defendeu a manutenção da resolução do CFP. “A homossexualidade não é uma doença, é uma expressão da sexualidade humana e, portanto, não pode ser revertida. Este é um projeto inconstitucional porque o parlamento não pode legislar sobre a autarquia. É certo que esse projeto não será aprovado [pelas outras comissões]”, defendeu.

O PDC passará pelas comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir ao Plenário da Câmara dos Deputados. O CFP pretende continuar o movimento contrário à aprovação do PDC em todas as instâncias.

➤ Análise: Ceccarelli diz ser importante esclarecer um equívoco que vem permeando os debates atuais sobre a normativa. “Em momento algum, a Resolução impede que profissionais da Psicologia atendam pessoas cujo sofrimento psíquico decorra de sua orientação sexual. O que está proibido é que o profissional, no seu atendimento, conduza o processo criando uma situação de doença”, enfatiza.

“O CFP mantém a posição de enfrentamento das tentativas de patologização de todas as formas de expressões sexuais. Amplos setores da sociedade, inclusive a imprensa, têm manifestado apoio à Resolução e à luta pela defesa dos direitos humanos, bem como diversas entidades ligadas aos direitos, Conselhos Nacionais de Direitos e o próprio governo, por meio da Secretaria de Direitos Humanos”, destaca a vice-presidente do CFP, Clara Goldman.

Psicologia do Trânsito: amplia-se campo para atuação profissional

Em 2012, 1.500 psicólogas(os) de 19 estados participaram de seminários promovidos pelos Conselhos para debater e propor ações em temas relacionados ao trânsito, incluindo avaliação psicológica para a obtenção de habilitação, autonomia na escolha da bateria de instrumentos e técnicas de avaliação, a relação com os Departamentos de Trânsito, as condições de trabalho e o avanço da atuação profissional.

Os resultados estão no Relatório Psicologia e Trânsito no Brasil (acesse em <http://site.cfp.org.br/publicacoes/relatorios-e-cartilhas>). Em suma, o documento aponta para a necessidade de que a categoria e os Conselhos interfiram de forma mais direta na construção das políticas de mobilidade urbana e trânsito no Brasil.

Expandir o trabalho de prevenção de acidentes e de educação para o trânsito são outras demandas que emergiram dos debates. Também aparece a necessidade de aprofundar a compreensão sobre o comportamento dos condutores, o que requer acesso a dados e produção de análises sobre temas como punição, impunidade e condições de trabalho dos que exercem atividades ligadas ao trânsito.

Os eixos “Psicologia do Trânsito no Brasil e no mundo” e “Mobilidade Urbana e Políticas Públicas de Trânsito e Transporte” são, na opinião do representante do CFP na Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Contran, Fabián Marin Rueda, as maiores contribuições do relatório, pois ampliam o espectro da atuação

Cerca de 15 mil psicólogas(os) atuam na avaliação de condutores. Até março de 2012, mais de 1.200 profissionais possuíam o título de especialista em Psicologia de Trânsito.

profissional na área. “Embora nosso profissional atue quase que em sua totalidade na avaliação para Carteira Nacional de Habilitação, tais eixos mostram que ele reconhece e anseia por mudanças que visem a sua inserção em outros campos de atuação da Psicologia do Trânsito, uma vez que sua contribuição pode, de fato, ajudar na construção de políticas públicas e de saúde para a área”.

A conselheira do CFP Roseli Goffman espera que o texto torne-

-se referência para cursos de especialização na área. “Além disso, as contribuições na construção de políticas públicas para a mobilidade urbana e trânsito voltadas para a promoção da saúde dos condutores são relevantes para o futuro das nossas cidades”, pontua. Exemplo de campo que requer maior presença profissional é o da prevenção da violência no trânsito, considerada hoje questão de saúde pública. Segundo o “Mapa da Violência 2012”, o Brasil tem 41 mil mortes por ano devido a acidentes de trânsito.

O consultor do CFP na elaboração de referências técnicas em trânsito e mobilidade urbana, Fábio de Cristo, acredita que as(os) psicólogas(os) precisam acompanhar as mudanças da Psicologia do Trânsito na mesma velocidade das mudanças que ocorrem na sociedade e na profissão. “Temos feito pouco, por exemplo, no que diz respeito à nossa inserção em políticas públicas para ajudar a administrar os problemas do uso em massa do transporte individual”. O foco da área, segundo ele, ainda está nos indivíduos que dirigem, ou seja, na avaliação psicológica, na orientação e no aconselhamento.

Legislação: O CFP está acompanhando a tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1687/2011, que implementa no Código de Trânsito Brasileiro a avaliação psicológica para condutor infrator submetido a curso de reciclagem, e o apenso, PL nº 1.825, de 2011, que estende o exame psicológico para todos os condutores, de forma a garantir a atuação da Psicologia do Trânsito nesta temática.

Garantia de direitos e participação social são discutidas em Seminário Nacional organizado pelo CFP

A Psicologia precisa estar atenta aos 60 milhões de brasileiros que na última década sofreram algum tipo de deslocamento em sua localização na pirâmide social, para maior acesso ao consumo, a novos comportamentos e a novas sensibilidades. A avaliação do psicólogo e docente da UFBA Marcus Vinícius de Oliveira coincide com a do sociólogo Emir Sader: “Do ponto de vista subjetivo, as pessoas têm mais confiança no que podem fazer e no País. Elas se dão conta de que são contempladas, de que são cidadãos. Isso é uma melhoria ética, psicológica, jurídica”. Ambos participaram do VII Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas, realizado em Fortaleza (CE), no dia 8 de maio, e avaliam que as políticas públicas foram centrais para permitir tais mudanças.

Segundo Sader, está em curso um “modelo econômico social” para o qual a melhora da vida da população não depende apenas da estabi-

lidade econômica, “mas também de um mercado interno de consumo popular e de um conjunto de políticas compensatórias que acabam melhorando significativamente o nível de vida das pessoas”.

Em outra mesa do seminário, no entanto, o diretor-geral do Instituto Cultiva - Cidadania e Participação Social, Rudá Ricci, entende que transferência de renda não é suficiente para criar um país mais justo. “Quando o governo não transforma as políticas de transferência de renda em políticas de Estado e acredita que a transferência é justiça, abrimos uma cratera do ponto de vista político que tem dado origem a um extremo conservadorismo”, diz ele, que vê como consequências negativas o combate cada vez maior à ampliação dos direitos civis, como os da população homoafetiva e os dos direitos das mulheres.

A Psicologia, segundo ele, pode ter papel fundamental nesses processos. “A ideia de saúde

mental, por exemplo, tem enorme relação com a ampliação dos valores e dos direitos, especialmente civis”, concluiu.

➤ **Participação:** Outro ponto de tensão no debate sobre políticas públicas trata da participação da população nos rumos das ações públicas. O diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Pedro Pontual, destacou a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de participação social e o crescimento da quantidade de conferências, conselhos, ouvidorias, mesas de diálogo.

O coordenador do Movimento Nacional dos Moradores de Rua (MNMR), Anderson Lopes, também avalia a participação como positiva, mas questiona a necessidade de acesso à fala nos espaços institucionais: “Antes, os movimentos sociais iam às ruas, agora, o governo diz que devemos participar, mas da maneira como ele quer que participemos, e não da forma como queremos expressar nossos sentimentos”.

O Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas, organizado pelo CFP de dois em dois anos, antecede o Congresso Norte e Nordeste de Psicologia. Em 2013, reuniu mais de 3 mil participantes. Foi criado em 2001 a partir de diretriz do III Congresso Nacional da Psicologia, para pensar a importância estratégica das políticas públicas para a profissão.



No Seminário, o pernambucano Ariano Suassuna foi chamado de “maior representante da cultura brasileira” pelo presidente do CFP. O escritor destacou a redução do número de pessoas abaixo da linha da pobreza e a necessidade de aprofundar a busca por sociedade mais justa, fraterna e menos desigual.



Brasil, Portugal, Angola e Cabo Verde firmam convênio de cooperação técnica para aprimoramento científico e social

Brasil, Portugal, Angola e Cabo Verde assinaram em abril um convênio multilateral que prevê, entre outros pontos, a cooperação técnica e a definição de uma linha de atuação e colaboração para a melhoria constante da profissão de psicólogo(a) nos quatro países em níveis científicos, de pesquisa, de docência e social. Os quatro países fazem parte do grupo da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa (Psi-PLP).

O convênio foi assinado durante o III Seminário da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa, que ocorreu na cidade de Mindelo, em Cabo Verde. O presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, acompanhado de representantes do CFP, participou do evento e destacou que o documento prevê também a divulgação da Psicologia nos quatro países; o intercâmbio de publicações impressas e audiovisuais; a promoção e a organização de eventos; bem como o estabelecimento de redes de psicólogas(os) dos países integrantes e o estudo e promoção dos sistemas legais e regulamentares para o exercício da profissão em seus territórios.

Além do convênio, Brasil e Portugal assinaram o Protocolo de Cooperação entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses e o CFP do Brasil, que estabelece as linhas gerais de intercâmbio e o reconhecimento de profissionais de ambos os países com o objetivo de possibilitar

a prestação de serviços de caráter temporário e permanente. Os dois acordos têm validade de cinco anos.

“Posteriormente, pretendemos firmar esse mesmo acordo que foi assinado entre Brasil e Portugal com Cabo Verde e Angola e também com Moçambique, que não estava presente”, revelou Verona.

➤ **Declaração de Mindelo:** Durante o seminário foi firmada a “Declaração de Mindelo” que expressa o resultado de três seminários realizados pelo grupo – o primeiro, em abril de 2012, em Lisboa, o segundo, em setembro de 2012, em São Paulo, e o terceiro, em Cabo Verde. O texto está disponível em www.cfp.org.br (digite Mindelo na busca).

Os quatro Grupos de Trabalhos (GTs) criados durante o III Seminário produziram um documento que detalha as diretrizes de atuação de cada grupo. O produto do trabalho dos GTs será apresentado no IV Seminário, que vai ocorrer nos dias 5, 6 e 7 de dezembro em Luanda, Angola.

Para a presidente da Associação dos Psicólogos de Cabo Verde, Zaida Freitas, a terceira edição do evento permitiu, além da maior integração entre os países envolvidos, a consolidação dos objetivos do grupo e da missão de cada país para alcançar as metas comuns. “Foram identificadas prioridades, como a necessidade de afirmar a profissão das(os) psicólogas(os) no espaço da CPLP e a criação do portal da

PsiPLP, por meio do qual irá funcionar um fórum para encontro virtual dos parceiros”, explicou.

A problemática sobre o abuso sexual será tema do grupo de trabalho coordenado por Cabo Verde. “A necessidade de um instrumento estatístico que permita caracterizar melhor a problemática, a uniformização dos procedimentos para crianças maltratadas e a tipificação dos casos de acordo com a realidade do país foram outras das preocupações compartilhadas”, informou Zaida.

Conheça o trabalho de cada GT, que conta com a presença de um integrante de cada país:

- 1 - Construir o portal da Psicologia de língua portuguesa. Coordenado pelo Brasil.
- 2 - Elaborar a proposta de curso de especialização em avaliação psicológica e Direitos Humanos para os cinco países. Coordenado pelo Brasil.
- 3 - Elaborar referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) dos cinco países nos casos de exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Estabelecerá linhas políticas para proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência e de exploração sexual. Coordenado por Cabo Verde.
- 4- Desenvolver proposta para afirmação da Psicologia nos cinco países. Coordenado por Portugal.

Formação e profissão: parceria no desenvolvimento e construção da Psicologia

A Associação Brasileira para o Ensino da Psicologia (Abep) criada no interior do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) com a tarefa de mediar o diálogo entre os que atuam nos campos de trabalho e os que se dedicam à formação, trabalha na perspectiva da participação dos psicólogos, professores e estudantes de Psicologia. Temos ampliado significativamente o número de Núcleos Abep espalhados pelo país. Em geral, a criação ou a reestruturação dos núcleos tem sido realizada em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia, quando se elege uma temática para discussão – medicalização, perfil da profissão hoje, licenciatura –, e se formaliza a criação do núcleo. Tais espaços vêm tendo importante papel no estreitamento dos diálogos formação-profissão e na interiorização de nossas discussões e ações.

Tivemos intensa participação política na discussões e defesa dos princípios e focos de interesse da formação em psicologia. Destacamos:

- Audiências na Câmara dos Deputados e no Conselho Nacional de Educação referentes ao Ensino Médio: nossa postura tem sido a defesa do direito dos jovens à educação pública de qualidade, de efetiva e profunda reformulação do Ensino Médio, que contemple

uma perspectiva interdisciplinar e integrada de produção de conhecimentos, e da importância da Psicologia como conteúdo formador para a juventude, em uma perspectiva emancipadora.

- Contatos com deputados e audiências públicas que tratam da inserção do Psicólogo Escolar nos sistemas públicos educativos, em parceria com o CFP e a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), defendendo a presença do Psicólogo no campo da Educação, em todas as dimensões do processo educativo: construção do projeto político-pedagógico, planejamento, estabelecimento de estratégias de ensino e avaliação, bem como nas relações professor-aluno, aluno-aluno, escola-família e na definição de políticas educacionais nos âmbitos municipal, estadual e federal.
- Debates em audiências públicas referentes à medicalização, com apoio a projetos que apontem para a superação da perspectiva medicalizante.
- Audiências na Câmara Federal que tratam da Resolução CFP 01/99, na defesa do direito à identidade sexual não patologizada, da não discriminação, e em resistência ao mercado da “cura”.
- Gostaríamos ainda de destacar nossa atuação na concepção, ela-

boração e participação no Grupo Gestor do Projeto Violência e Preconceito na Escola, concebido como uma parceria entre o Fenpb e a Universidade Federal de Mato Grosso. Esse projeto resultou de um diálogo com o Ministério da Educação, que por meio de seu ministro apresentou-nos o desafio de construir e sistematizar conhecimentos a respeito da violência e preconceitos na escola, na perspectiva da Psicologia, e apontar referências para a proposição de políticas de enfrentamento a esses fenômenos no âmbito da escola.

Nossa atuação tem sido fortalecida e fortalecedora, uma vez que pautamos as temáticas de interesse da área educacional da Psicologia, dialogamos com a sociedade e com os movimentos sociais, conduzimos nossas ações na perspectiva de romper com a histórica cisão entre as dimensões da profissão e da formação, e compreendemos que o sentido de nossas ações reside nos nossos princípios norteadores: a construção cotidiana de uma Psicologia – ciência e profissão – implicada e comprometida com os problemas de nossa realidade e de nosso tempo, que não se aparta ou se furta de seu papel político na construção de um Brasil mais justo e igualitário.

» **Ângela Soligo** – Abep/Unicamp



Processos éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 2048/12– ORIGEM: CRP-06

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 06ª região que determinou o arquivamento do processo ético. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Arquivamento;

DATA DO JULGAMENTO: 26/04/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: Clara Goldman Ribemboim

RELATORA: Monalisa Nascimento dos Santos Barros

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 2432/12– ORIGEM: CRP-06

CENSURA PÚBLICA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 06ª região que decidiu aplicar a pena de Censura pública. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Censura Pública;

DECISÃO CFP: Censura Pública;

DATA DO JULGAMENTO: 26/04/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: Clara Goldman Ribemboim

RELATORA: Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo

CFP reúne, em site, referências para atuação com crianças e adolescentes

Para facilitar o acesso dos profissionais e outros interessados a informações sobre Psicologia e Crianças e Adolescentes, o Conselho Federal de Psicologia lançou a página <http://criancaeadolescente.cfp.org.br>, disponível para consulta desde 18 de maio, quando é celebrado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O espaço reúne relatórios, vídeos, notas e publicações do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o assunto.

O CFP e os Conselhos Regionais atuam na luta por promoção, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, por entenderem ser indissociáveis as dimensões éticas, técnicas, teóricas e políticas da profissão. Nessa trajetória, vêm buscando referendar uma atuação profissional ética, crítica, comprometida com as demandas sociais, que contribua para evitar violações de direitos e superar desigualdades sociais e econômicas.

Neste ano, o CFP destaca em seu cartaz os compromissos da Psicologia: prevenir, identificar, acolher, cuidar e não revitimizar. Conheça!

Agenda: AGOSTO A DEZEMBRO 2013

23-25/08/2013

Arteterapia Gestáltica para Psicoterapeutas

igsp@gestaltsp.com.br
www.gestaltsp.com.br
(11) 3842-8939
São Paulo, SP

24/08/2013

WORKSHOP – "A Dança de Cada um: Conscientização Através do Movimento"

igsp@gestaltsp.com.br
www.gestaltsp.com.br
(11) 3842-8939
São Paulo, SP

12/09/2013

Curso de Formação em Psicanálise

cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br
3864-2330 / 3865-0017
São Paulo - SP

21/09/2013

MINI-CURSO: "A Clínica da Sexualidade e a Sexualidade na Clínica"

igsp@gestaltsp.com.br
www.gestaltsp.com.br
São Paulo, SP

9-11/10/2013

I Congresso Latinoamericano de Psicologia Rural, I Congresso de Psicologia Rural do MERCOSUR, I Jornadas Nacionais de Psicologia Rural

psicologiarural@ucp.edu.ar
<http://ucp.edu.ar/psicologiarural>

23-26/10/2013

2° Congreso ALFEPSI: Construindo una Psicología comprometida con América Latina

alfepsi@psicolatina.org
<http://congresoalfepsi.org/>

+56 (041) 3111241
+56 (042) 463040
Concepción, Chile

23-26/10/2013

43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia

sbp@sbponline.org.br
www.ra.sbponline.org.br
(16) 3625-9366
Universidade Tiradentes – UNIT Aracaju, Sergipe.

2-6/12/2013

VI Convención Intercontinental de Psicología, HOMINIS 2013

ventas10@avc.ei.tur.cu
www.hominis2013.com
(537) 273 7744
Palacio de Convenciones de La Habana - Cuba

> **Psicóloga/o: Para receber os boletins do CFP, cadastre seu email em www.cfp.org.br**



Fique Legal!

Prazo para ficar em dia com seu Regional foi prorrogado para 31 de dezembro

O prazo para ficar em dia com o seu Regional foi prorrogado. A regularização das anuidades em atrasos com liberação de juros, multas e possíveis descontos no valor principal podem ser feitos até o dia **31 de dezembro de 2013**.

No entanto, neste ano eleitoral, as (os) psicólogas (os) precisam estar em dia com as anuidades dos exercícios anteriores para ter direito ao voto.

Para ser psicóloga (o) no Brasil é preciso ter diploma de graduação em Psicologia e estar regular em seu Conselho Regional. Visite a página do seu CRP na internet e saiba como sua contribuição é importante para o fortalecimento da profissão.

Fique em dia com a Psicologia, procure o seu Regional e saiba como regularizar sua situação.